

## VII Assembléia Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

No período compreendido entre 1 e 27 de julho esteve reunida, nesta capital, a VII assembléia geral do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística.

A realização dessas reuniões suscitou ampla repercussão nos setores culturais e administrativos do país, dada a importância dos problemas discutidos e das deliberações tomadas por aquelas instituições que integram, como colégios dirigentes, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

### A SOLENIDADE DA INSTALAÇÃO

A solenidade da instalação conjunta das duas assembléias efetuou-se no dia 1.º daquele mês, às 21 horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o comparecimento, além das delegações federais e regionais, de altas autoridades, estatísticos, geógrafos e técnicos dos serviços públicos e famílias.

Presidiu a sessão o Dr. HEITOR BRACET, diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça e presidente em exercício do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e de seus Conselhos, no impedimento eventual do embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

Dando início aos trabalhos da reunião o Eng.º CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, secretário-geral do C.N.G. e o Dr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, secretário-geral do C.N.E., procederam à chamada dos delegados federais e regionais que tomaram parte, respectivamente, nas assembléias da ala geográfica e estatística do I.B.G.E. Ambas as representações constituíram-se como mostram as relações seguintes:

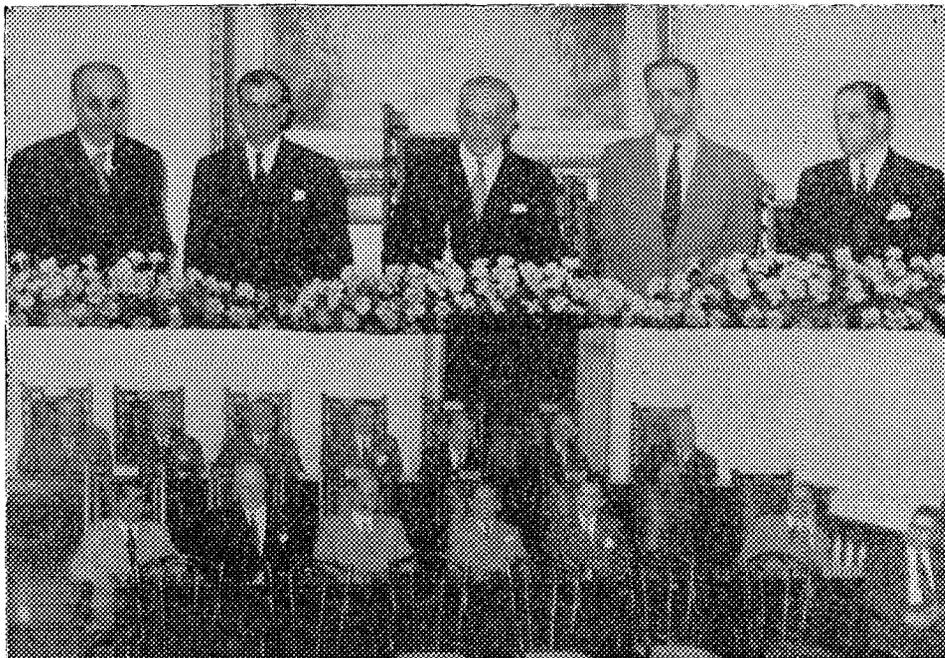
**DELEGADOS DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA:** — *Representação federal* — Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Drs. HEITOR BRACET e EUGÊNIO VILHENA DE MORAIS; Ministério da Agricultura, Eng.º AVELINO INÁCIO DE OLIVEIRA; Ministério das Relações Exteriores, Min. ADRIANO DE SOUSA QUARTIM e Cel. RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA; Ministério da Educação e Saúde, Profs. CARLOS DELGADO DE CARVALHO e FERNANDO ANTÔNIO RAJA GABAGLIA; Ministério da Marinha, Altmte. ANTÔNIO ALVES CÂMARA JÚNIOR; Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Dr. PÉRICLES DE MELO CARVA-

LHO; Ministério da Viação e Obras Públicas, Eng.º FLÁVIO VIEIRA; Prefeitura do Distrito Federal, Eng.º CARLOS SOARES PEREIRA; Território do Acre, Dr. JOÃO DE MESQUITA LARA; instituições culturais filiadas, Eng.º VIRGÍLIO CORREIA FILHO e Prof. FRANCISCO DE SOUSA BRASIL; Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia, Eng.º CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO.

*Representação regional* — Amazonas, Dr. ULISSES UCHOA BITTENCOURT; Pará, Prof. ALOÍSIO DA COSTA CHAVES; Maranhão, Des. ELISABETO BARBOSA CARVALHO; Piauí, Dr. JOÃO BASTOS; Ceará, Prof. JOAQUIM ALVES; Rio Grande do Norte, Prof. EVERTON DANTAS CORTEZ; Paraíba, Dr. ABELARDO JUREMA; Pernambuco, Prof. MÁRIO CARNEIRO DO RÊGO MELO; Alagoas, Dr. JOSÉ CALMON REIS; Sergipe, Dr. OSMAR ARAGÃO; Bahia, Eng.º LAURO SAMPAIO; Minas Gerais, Eng.º BENEDITO QUINTINO DOS SANTOS; Espírito Santo, Eng.º CÍCERO MORAIS; Rio de Janeiro, Eng.º LUÍS DE SOUSA; São Paulo, Eng.º VALDEMAR LEFÈVRE; Paraná, Cel. ADIR GUIMARÃES; Santa Catarina, Eng.º VÍTOR ANTÔNIO PELUSO JÚNIOR; Rio Grande do Sul, Prof. JORGE P. FELZARDO; Mato Grosso, Eng.º VIRGÍLIO CORREIA FILHO; Goiás, Prof. LUÍS GONZAGA DE FARIA.

**DELEGADOS DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA:** — *Representação federal* — Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Dr. HEITOR BRACET; Ministério da Fazenda, Dr. JOÃO DE LOURENÇO; Ministério da Agricultura, Eng.º A. R. DE CERQUEIRA LIMA; Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Dr. O. G. DA COSTA MIRANDA; Ministério da Guerra, tenente-coronel FREDERICO AUGUSTO RONDON; Ministério da Marinha, Comte. MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA; Ministério da Viação e Obras Públicas, Eng.º MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA; Ministério das Relações Exteriores, cônsul ALBERTO GONÇALVES; Ministério da Educação e Saúde, Dr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, e Território do Acre, Dr. JOÃO DE MESQUITA LARA.

*Representação regional* — Amazonas, Prof. JÚLIO BENEVIDES UCHOA; Pará, Dr. HUGO ALMEIDA; Maranhão, Dr. CLODOALDO CARDOSO; Piauí, Dr. JOÃO BASTOS; Ceará, Dr. RAUL DE FIGUEIREDO ROCHA; Rio Grande do Norte, Dr. ADERBAL FRANÇA; Paraíba, Dr. ABELARDO JUREMA; Pernambuco, Dr. ELAUDECI VAS-



Dois aspectos da instalação da VII assembléa geral do I.B.G.E. vendo-se a Mesa que dirige os trabalhos e parte dos delegados àquela assembléa.

CONCELOS PEREIRA; Alagoas, Dr. EDGAR DE SOUSA MACHADO; Sergipe, Dr. OSMAR ARAGÃO; Bahia, Dr. FILIPE NÉRI; Minas Gerais, Dr. HILDEBRANDO CLARK; Espírito Santo, Dr. SAID FARHAT; Rio de Janeiro, Dr. FRANCISCO STEELE; São Paulo, Dr. DJALMA FORJAZ; Paraná, MÁRIO PINTO CORDEIRO; Santa Catarina, Dr. LOURIVAL CÂMARA; Rio Grande do Sul, Dr. REMY GORGA; Mato Grosso, Dr. KLEBER DE FARIA; Goiás, Dr. FREDERICO MEDEIROS; Distrito Federal, Eng.º SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR.

**Discurso do representante do Ministério das Relações Exteriores**

Após esta chamada foi dada a palavra ao Min. ADRIANO DE SOUSA QUARTIM, representante do Ministério das Relações Exteriores, que, em nome da ala geográfica, pronunciou o seguinte discurso:

“Nenhuma incumbência me podia ser mais grata do que esta, de dar as boas vindas às delegações estaduais que vêm prestigiar, com sua presença, a VII sessão ordinária da assembléa geral do Conselho Nacional de Geografia e Estatística.

Representante especial do Ministério das Relações Exteriores no Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, em virtude de uma tradição que faz com que esse posto seja desempenhado pelo chefe da Divisão de Fronteiras do Itamarati, eu devo con-

fessar-vos, senhores delegados, que me considero parte integrante do Instituto. Assim, eu vos falo como se houvesse participado dos trabalhos realizados durante o ano que hoje se completa.

A benevolência dos meus colegas da delegação federal, fez com que, para falar neste recinto augusto, viesse recair a escolha em quem menos dotes oratórios possui para testemunhar-vos, senhores delegados, quanto prezamos a vossa presença. Assim, por precaução, resolvi escrever, antes que me aventurar a um improviso.

O que seria este Instituto sem a vossa constante colaboração, senão um gigante de pés de barro?

Aqui estão, para atestá-lo, com mais conhecimento de causa, nosso eminente presidente, TELXEIRA DE FREITAS e LEITE DE CASTRO; estes dois últimos que têm sobre os ombros a tarefa de coordenar todos os vossos trabalhos.

Neste ano decorrido, quantas contribuições valiosas prestaram vossas delegações nos dois campos da Geografia e da Estatística. Quantas vitórias alcançadas, também com a vossa contribuição, dentro e fora de nossas fronteiras! A reunião no México, de abril último, veio consagrar no cenário pan-americano nosso Conselho Nacional de Geografia, cometendo-lhe a honrosa tarefa de dirigir a Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, à qual incumbe

meritórias pesquisas geográficas nos países americanos.

Senhores delegados, deveis estar contentes ao verificar o prestígio cada dia maior deste Instituto e os esforços de seus dirigentes para elevá-lo à culminância onde se encontra.

O problema da sua instalação definitiva, em sede própria, foi resolvido com a aquisição de um edifício, situado no melhor local, e com capacidade para abrigar todos os nossos departamentos. Criado, como foi, em bases sólidas, o Instituto não podia deixar de se desenvolver, mas podemos nos desvanecer quando constatamos, hoje, que seu progresso foi muito além de nossa expectativa.

Buscando a solidariedade de todos os centros de cultura nacional, chamando ao recesso de sua vida íntima tantos homens de ciência, incentivando aqui e ali tantas dedicações, premiando na larga esfera de suas atribuições, o esforço individual, ou coletivo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística está, hoje, colocado pelo esforço de todos os brasileiros de fé, num pedestal tão alto que lhe permitiu observar melhor os magnos problemas nacionais, entre os quais se salienta a delicada questão das divisas estaduais.

Assim como variam em cada um dos nossos Estados as condições climáticas e topográficas, são também diversas as condições em que nêles se desenvolve a atividade educativa e científica. Corrigindo imperfeições, procurando chegar a uma medida elevada de produção em cada Estado, o Instituto pode apresentar, galhardamente, resultados precisos de sua ação.

Senhores delegados, o Instituto atravessa uma de suas fases mais felizes. Ele cumpriu, briosamente, o seu dever e, tal como o cidadão que defendeu honestamente a causa pública, deve ter como recompensa, única recompensa permitida por JOÃO BARBALHO nos comentários à Constituição de 1891, isto é, o sentimento do dever cumprido e o respeito dos cidadãos.

Oxalá, na próxima reunião de 1947, possa aquêles que fôr escolhido para saudar as delegações estaduais, dispor, para a sua oração, de um acervo tão rico como este que me proporcionou a oportunidade de assinalar, sem nenhum esforço, a situação predominante do Instituto entre as criações que mais concorreram, para elevar a cultura brasileira e, no mundo civilizado, o nome sagrado do Brasil.

Entretanto, não sejamos demasiadamente otimistas porque nossas responsabilidades crescem dia a dia.

A necessidade do Instituto de acompanhar as modernas conquistas da ciência e da técnica, aplicada aos trabalhos geográficos e cartográficos, é fundamental, porque, a tendência atual é no sentido de obter, nos métodos de trabalho, uma extrema simplificação, um rendimento muito superior e um decréscimo surpreendente no custo da produção.

Não têm outra finalidade os estudos, em fase de ultimação, do SHORAN, o moderníssimo processo para levantamento cartográfico com aplicação do radar que, assim, de instrumento de guerra, está sendo transformado, na paz, num grande fator do aperfeiçoamento científico.

Outra responsabilidade a desafiar a capacidade de nossa geração, é a de fazer penetrar, nas regiões mal conhecidas do território pátrio, os benefícios da técnica cartográfica e da ciência geográfica.

Estou certo, senhores delegados, que, com o vosso valioso concurso, a nossa assembléia geral cumprirá brilhantemente o seu programa, contribuindo, deste modo, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da Geografia nacional."

O orador imediato foi o comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA, representante do Ministério da Marinha no C.N.G., que, pela representação federal, dirigiu a saudação aos membros das delegações estaduais.

**Discurso do Prof. Joaquim Alves,** representante do Estado do Ceará  
Discursou, em seguida, pela ala geográfica, na órbita regional, o professor JOAQUIM ALVES, representante do Estado do Ceará, cujas palavras foram as seguintes:

"O sentido da disciplina é o que justifica a minha presença aqui, neste momento.

Designado para, em nome da ala regional do Conselho Nacional de Geografia, agradecer as palavras de boas-vindas dos nossos colegas da representação federal, tive de aquiescer, ante a distinção dispensada ao mais humilde dos representantes dos Diretórios dos Estados, aqui reunidos.

Todos nós que trabalhamos no grande edifício que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística vem construindo para o Brasil, sabemos a importância e o valor, para a cultura brasileira, da atuação conjunta do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística. Tarefas diferentes, mas, de finalidades idênticas, são as que executam os dois órgãos centrais do I.B.G.E. Não foi sem razão que o professor EVERARDO BACKHEUSER em nota recentemente pu-

blicada na imprensa, disse que vivíamos a "Hora da Geografia", no sentido de que essa ciência basilar da política começa a ser tomada verdadeiramente a sério em nosso país.

Meus senhores. — Os problemas que a Geografia Moderna trouxe para a civilização, como ciência, representam a parte mais notável do que o homem tem executado, no sentido de harmonizar a paisagem social com a a paisagem geográfica, pois, uma e outra se completam. A paisagem geofísica representa a natureza, no sentido absoluto, sem aplicação, sem utilidade para o homem. A paisagem geopolítica representa a humanização da terra pelo esforço do homem. Tornase necessário, porém, que o esforço humano não chegue a destruir, totalmente, o quadro natural. E' dentro desse aspecto que a Geografia é considerada, verdadeiramente, uma ciência, pelo estudo da interdependência dos dois ramos mencionados, pela interpretação dos fatos geográficos aplicados à sociedade, traçando ao homem os limites da ação que deve exercer, como fator de economia destrutiva, no dizer de JEAN BRUNHES, para dar vida e melhor aproveitar as fontes de vida das regiões.

Dentro desses aspectos gerais tem trabalhado o Conselho Nacional de Geografia. Primeiro, revelando a importância da Geografia no quadro dos problemas nacionais; depois, estudando estes problemas e criando uma mentalidade geográfica no Brasil.

Ciência moderna de localização e interpretação social, bem como nos cursos superiores de caráter técnico. Desde a sua importância nas grandes potências, sobretudo, nos Estados Unidos, onde se acentua — conforme observa o professor JORGE ZARUR — "o movimento renovador, essa luta tremenda dos geógrafos modernos que pretendem tirar a Geografia das lides puramente acadêmicas ou dos laboratórios, pondo-a a serviço do homem e tornando-a uma ferramenta útil e básica para os administradores e planejadores". Tal é a luta que os geógrafos modernos têm de vencer, para dotar o homem de melhores conhecimentos das suas próprias possibilidades.

Um dos trabalhos mais notáveis do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é o estudo das regiões naturais do Brasil, graças ao qual os dois órgãos — o estatístico e o geográfico — fixaram a orientação científica e técnica que deve ser seguida no estudo do território brasileiro.

Nós que trabalhamos como autodidatas no magistério, podemos afirmar que a orientação da Geografia moderna transmite um sôpro de reno-

vação ao estudo da Terra, através do conhecimento das regiões naturais do país.

O Conselho Nacional de Geografia, estimulando o estudo da terra brasileira, cria um novo padrão de trabalho para o professor. Saindo das generalizações amplas para a particularização das regiões, e, ainda mais, descendo às minúcias das pequenas regiões dos Estados, é que melhor conhecemos as possibilidades das pequenas áreas, no conjunto dos grandes quadros naturais.

Um traço marcante na renovação dos estudos da Geografia no Brasil, é o espírito de cooperação e colaboração que orienta a obra do Conselho Nacional de Geografia. Podemos assim falar porque, sempre que se faz necessário, temos encontrado no Conselho o estímulo indispensável para o prosseguimento dos nossos estudos, a orientação eficiente para os nossos cursos. As publicações do Conselho — *A Revista Brasileira de Geografia*, o *Boletim Geográfico* — são fontes que atendem às necessidades do professor, bem como do homem público, do administrador, do economista, do sociólogo, e, ainda, daqueles que, não estando integrados nessas atividades específicas, desejam ter uma noção de conjunto da Geografia do Brasil.

O I.B.G.E., no decurso dos seus dez anos de existência, vem fazendo a divulgação do Brasil dentro do próprio Brasil. A mística do patriotismo predomina em tôdas as suas atividades. Os seus dirigentes criaram uma mentalidade nova, despertando o interesse pelos problemas da Geografia e da Estatística, com apresentação da realidade brasileira através da exposição e planejamento dos problemas que dizem respeito à terra e ao homem, ao conhecimento das possibilidades regionais e ao aproveitamento das fontes de vida.

Como conhecer as fontes de vida do Brasil, como aproveitá-las? Só com a sistematização de um plano que compreenda todos os aspectos da Geografia, na amplitude e profundidade dos seus objetivos.

E' isto, justamente, meus senhores, o que vêm realizando o Conselho Nacional de Geografia e o Conselho Nacional de Estatística, através dos seus diferentes órgãos. Não é sem razão que a chefia desse movimento de cultura está confiada ao embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, figura destacada entre os valores nacionais, em tôrno do qual se reúne uma equipe de técnicos que aliam à cultura científica os conhecimentos especializados no setor que dirigem, como é o caso de MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS e CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, cuja atividade todos nós conhecemos.

As realizações do I.B.G.E. estendem-se por diversos campos. A divulgação estatística do Brasil coloca o nosso país em lugar destacado no conjunto das nações sul-americanas. A publicidade realizada em torno das nossas atividades econômicas, culturais e sociais revela o que somos e o que poderemos ser, quando todos trabalharmos com um único objetivo.

Uma síntese admirável de trabalho é o primeiro volume do recenseamento geral de 1940, a *Cultura Brasileira*, de FERNANDO DE AZEVEDO, mestre que honra a inteligência americana. Sua obra é um índice da vitalidade do Brasil, em todos os períodos da nossa história. Outro trabalho de importância fundamental, para a estruturação dos nossos quadros administrativos, econômicos e sociais, é o que trata dos *Problemas de Base do Brasil*. Nêle se lê que "a reorganização brasileira postula um novo quadro territorial, administrativo e social, em condições de permitir normalmente o livre desenvolvimento e uma vida melhor ao povo brasileiro". O estudo dos problemas nacionais vem sendo, assim, a tarefa de maior vulto que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realiza.

O Conselho Nacional de Geografia apresenta ao Brasil uma grande realização, constituída por trabalhos que determinam o grau de cultura e os conhecimentos dos nossos técnicos. O levantamento da carta do Brasil, dos Estados e dos Municípios, que teve como início a campanha das coordenadas geográficas, é uma das etapas sucessivas do plano estudado, esquemático e em realização. O Serviço de Geografia, que alguns Estados criaram, desenvolve-se sob o estímulo do Conselho, com a assistência dos Diretórios Regionais, que procuram acompanhar o ritmo dos trabalhos centrais.

Um dos grandes passos para o conhecimento integral do Brasil é o estudo da divisão regional dos Estados, segundo critérios científicos, objetivando orientar os estudiosos das questões regionais, de modo que possam encontrar nas pequenas regiões o elo de conexão que as articula às grandes regiões naturais a que pertence o Estado.

Dois trabalhos regionais — *Meteorologia do Nordeste* e *Climatologia Equatorial*, ambos de ADALBERTO SERRA — apresentam aspectos particulares de um dos problemas vitais da região de que se ocupam, constituindo-se, por isso mesmo, estudos de base para quaisquer outros que se pretenda realizar, sobre o mesmo problema.

No sentido das generalizações da Geografia brasileira, o Conselho Nacional de Geografia oferece aos estudiosos os *Fundamentos Geográficos da*

*Mineração Brasileira*, de um dos nossos mestres, FRÓIS ABREU, em que se encontra uma orientação científica, servida por dados colhidos nas fontes regionais. Esses dados esclarecem as possibilidades, as condições de exploração e o estado em que se encontram os estudos da nossa geologia estratigráfica, não faltando, para humanizar os quadros estudados, informações sobre a vida do homem na região.

Um livro de interesse fundamental para os estudiosos, é a *Geografia Cultural do Brasil*, do Dr. B. BRANDT, traduzida pelo professor RODOLFO COUTINHO, que, na explicação sobre o trabalho, escreve que "o Brasil sente a necessidade de bem conhecer-se, para melhor saber o que está fazendo e o que deve fazer para atribuir-se junto aos demais povos o quinhão da tarefa a que não pode fugir". *Geografia Cultural do Brasil* é, realmente, um livro que deve ser divulgado pelo valor dos seus informes. Discordando, embora, da orientação científica do autor, reconhecemos que no mesmo se encontram ensinamentos que justificam o conceito do tradutor.

A obra do Conselho avulta, ainda, pelo trabalho de cartografia regional, em que transparece o esforço dos que trabalham para dar ao Brasil uma representação exata de sua terra.

Por tudo isto, meus senhores, nós, os que trabalhamos no setor geográfico, nos Diretórios Regionais, agradecemos a acolhida fidalga, as palavras de encorajamento e de estímulo que o nosso ilustre colega do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, ministro ADRIANO DE SOUSA QUARTIM, teve para conosco. E prometemos continuar, com o mesmo entusiasmo, com a mesma dedicação, a trabalhar para que possamos, reunidos, situar o Brasil em seu justo lugar, entre as nações cultas".

Representando a ala estatística, na órbita regional, o Sr. REMI GORGA, delegado do Rio Grande do Sul à assembleia geral do C.N.G., proferiu algumas palavras de agradecimento à saudação que fôra dirigida aos representantes estaduais da ala estatística.

Discurso do  
Dr. Heitor Bracet,  
presidente do  
I. B. G. E.

Por último, o presidente do I. B. G. E., Dr. HEITOR BRACET leu, na forma regimental, o seguinte discurso-relatório, que mereceu do auditório vibrantes aplausos:

"Se dúvidas porventura ainda subsistissem em alguns espíritos, sobre o princípio que fundamenta a obra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e é a própria seiva de seu sistema, bastaria contrapor-lhes, para anulá-las, o sentido desse fato, que se

repete cada ano: brasileiros de todos os quadrantes da Pátria, investidos de um mandato político da mais alta significação, aqui se reúnem, no empenho coletivo de aperfeiçoar a obra comum, corrigindo diretrizes ou estabelecendo novos rumos, em proveito do conhecimento, cada vez mais amplo, minucioso e perfeito, dos recursos, possibilidades e condições de vida do Brasil.

Do federalismo já se disse que é uma tendência orgânica do povo brasileiro. Tendência que se manifestou, muitas vezes, por simples instinto, nas diferentes etapas de nossa evolução histórica, firmando, a bem dizer, a base espiritual sobre a qual assentaria o milagre de nossa unidade. Será, pois, construção efêmera e sem consistência tudo quanto se opuser aos seus imperativos, ou procurar contrariar-lhes as causas profundas.

Mesmo quando certas contingências eventuais pareciam favorecer o fortalecimento do Centro, com o sacrifício das autonomias regionais e locais, houve, da parte do Instituto, o mais sincero empenho de resguardar as bases federativas de nosso sistema político, condicionando a compromissos voluntariamente assumidos a responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios no programa de trabalho comum. Toda a eficiência e o potencial de ação do órgão federativo da Estatística e da Geografia, baseiam-se, única e exclusivamente, nas vinculações jurídicas que solidarizam as autonomias em presença. E' desta unificação que emerge a sua força; é desta simbiose que resulta a sua vitalidade.

Afeito, assim, a valorizar aquelas autonomias, o Instituto sente-se à vontade para indicar o princípio da cooperação intergovernamental como o instrumento mais adequado, dentro do regime político que serve de fundamento ao Estado brasileiro, à solução, pela convergência de propósitos e recursos, dos problemas de competência simultânea das três pessoas de Direito Público.

No momento em que se procede à reestruturação dos nossos quadros legais, todos os votos devem ser, por isso mesmo, no sentido de que a sugestão sobre o recurso a esse princípio venha a inscrever-se na Carta Constitucional do país. Isto concorreria para que a experiência já obtida nos serviços estatísticos e geográficos se estendesse a vários outros campos da vida nacional, sob os fecundos influxos do mesmo pensamento de coesão e solidariedade, sempre que estejam em causa o progresso do Brasil e felicidade de seu povo.

Ao dirigir-vos a palavra, nesta hora, como presidente dos dois Conselhos, de-sejo ressaltar, de início, a honra que

para mim constitui substituir neste posto o nosso presidente efetivo, embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, convocado pela confiança do governo a colocar o seu patriotismo e reconhecido espírito público a serviço de nova e importante missão, à frente da Interventoria de São Paulo.

Nos termos das disposições regimentais, devo relatar as atividades das três alas do Instituto, desde que, precisamente há um ano, estivestes reunidos, para dar as luzes de vossa experiência e o entusiasmo de vosso devotamento à mesma causa que ora nos congrega nesta casa ilustre, onde o império do passado é uma fonte inesgotável de sugestões para fidelidade e o amor ao Brasil.

Procurarei, todavia, ser breve, tanto mais quanto no relatório apresentado recentemente ao governo pela presidência do Instituto — e cuja distribuição se fará ainda no decorrer de vossos trabalhos — encontrareis amplas e minuciosas informações sobre os fatos e ocorrências que, porventura, não vieram a constar desta exposição.

*Recenseamento* — Lancemos as vistas, inicialmente, para o setor censitário, onde vêm tendo desenvolvimento normal as importantes tarefas técnicas ligadas aos censos gerais de 1940. No interregno de vossas sessões, tiveram notável impulso os serviços de apuração do vasto material coligido no grande empreendimento, que constitui estudos das condições existenciais do país, em seus múltiplos e variados aspectos.

Cogitou-se, sobretudo, de assentar, em termos definitivos, os critérios práticos a que deve obedecer a divulgação dos elementos apurados, o que será feito em duas grandes séries — a nacional e a regional. Estabeleceu-se ainda a seqüência numérica para os volumes, cujo lançamento deve ser iniciado dentro de breve prazo, mediante o recurso ao processo de reprodução fotográfica dos quadros dactilografados. O eventual retardamento, pelas razões já conhecidas, da apuração censitária, determinou certa demora em que fôsse atendido o justificável interesse do público, em conhecer, nos seus amplos desdobramentos, as informações resultantes das pesquisas realizadas em 1940. Nem por isso, entretanto, deixou de ser satisfeito, em parte, esse interesse, através da ampla difusão, entre as entidades técnicas e administrativas e os órgãos da imprensa, de magníficos estudos com base nos dados censitários.

A distribuição da população brasileira, segundo o sexo, a idade, o estado civil, a nacionalidade, e combinações desses caracteres; a alfabetização e a distribuição das atividades da popula-

ção adulta; a população infantil e em idade escolar; as atividades econômicas dos adolescentes — tais foram alguns dos temas desenvolvidos, segundo os melhores critérios técnicos, naqueles estudos. Nêles cogitou-se, também, da aplicação do censo demográfico para a reconstrução e emenda das estatísticas do movimento da população, bem como da mortalidade nas grandes cidades brasileiras, incluindo cálculos e análises de frequência das causas de óbitos, agrupados segundo a classificação internacional, além de tábuas de sobrevivência para alguns municípios metropolitanos.

Para assinalar, em maio último, a efeméride — tão grata a todos nós — em que se comemorava o decênio do Instituto, lançou o Serviço Nacional de Recenseamento mais uma *Sinopse do Censo Demográfico*, consignando, para cada Unidade da Federação, os respectivos resultados, por sexo e grupos de idades, referentes a côr, estado civil, nacionalidade, instrução, religião e atividade principal.

Vê-se, pois, que nesse importante setor do sistema do Instituto, foi dos mais fecundos o período a que se referem os fatos enumerados nesta rápida resenha. A tal propósito, vale recordar que já foram dados os passos iniciais para a construção de uma iniciativa de inestimável alcance para todos os países da América, qual seja a realização do censo continental de 1950. Colocado êsse empreendimento sob o alto patrocínio do Instituto Interamericano de Estatística, tudo nos leva a concluir que o seu êxito já está de antemão assegurado. A experiência técnica e administrativa que resultou, para o I. B. G. E., da realização do recenseamento geral de 1940, permitirá ao Brasil figurar, sem dúvida, entre as nações que melhor concorrerão para que a idéia se converta numa esplêndida realidade fortalecendo, pelo conhecimento recíproco, a generosa política de entendimento e compreensão que ora se procura desenvolver no continente, sob a inspiração dos mais nobres ideais de solidariedade americana.

*Geografia* — Balanceando as atividades geográficas do Instituto, sob o contróle imediato do Conselho Nacional de Geografia, só encontramos motivos, também, de justo regozijo cívico. Larga e profunda, com efeito, é a obra que vem sendo realizada, metódica e sistematicamente, visando a alargar cada vez mais as nossas aquisições, quanto ao conhecimento do meio físico do país.

Três fatos desejo ressaltar, inicialmente, pela sua marcante significação. Referirei, de início, a promulgação do Decreto-lei n.º 9 210, de 29 de abril dêste ano. Referendado por todo o

Ministério, êsse importante diploma legislativo fixou as normas para a uniformização da cartografia brasileira e determinou o plano geral da cartografia terrestre, providências, essas, do maior alcance e em cuja concretização terá o Conselho Nacional de Geografia — como também ocorre, aliás, com o benemérito Serviço Geográfico do Exército — um papel dos mais relevantes.

Não menos significativo, pelo que exprime como reconhecimento, no plano internacional, das modernas conquistas do Brasil, no campo geográfico, é, sem dúvida, o fato de haver sido delegada ao C. N. G. a incumbência de instalar a Comissão Pan-Americana de Geografia, do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Para a presidência dessa Comissão, foi eleito o próprio secretário-geral do C. N. G., fato que também nos enche do maior júbilo.

Ressalto, por fim, como a nota mais expressiva das comemorações de 29 de maio, a assinatura, por parte dos governos de Alagoas e Pernambuco, dos decretos que aprovaram o acôrdo firmado entre êsses dois Estados, pondo têrmo à secular pendência de limites. Fiel à sua política de unidade nacional, tudo o Instituto vem fazendo para encaminhar a solução dos últimos casos desta natureza, que, infelizmente, ainda subsistem. Só assim nos será possível resguardar o mais alto bem, dentre quantos nos legaram, através de tôdas as vicissitudes, os construtores da pátria brasileira; a noção do Brasil uno e indivisível. Êsse designio deve continuar a inspirar-nos; e se um voto nos cabe fazer nesta hora, de coração erguido, seja para que, dentro de breve prazo, não mais existam questões de limites dentro do Brasil, e fortalecido pela coesão e harmonia de seus filhos, possa o nosso país realizar os altos destinos que lhe traça a sua vocação histórica!

Referidos êsses três fatos marcantes, já é tempo de acentuar que não sofreram solução de continuidade as fecundas tarefas técnicas e culturais que o Conselho vem realizando, com entusiasmo e devotamento exemplares. Consigne-se, antes de tudo, o prosseguimento do notável trabalho da atualização da carta geral ao milionésimo, já em fase bastante adiantada, e das coordenadas geográficas, a dos levantamentos altimétricos, a da revisão dos mapas municipais, a das expedições científicas, a das excursões de estudos. E como reflexo da ação desenvolvida dentro dessa ordem de objetivos, vai o Conselho, já agora, consolidando o seu prestígio fora do país, através de ativa participação em importantes assembleias continentais. Enquanto isso, prossegue, em seus meritórios esforços de divulgação cultural, que tem como instrumentos eficientes, entre outros, a

*Revista Brasileira de Geografia* e o *Boletim Geográfico*, ambos já consagrados pelo interesse e a simpatia do público, dentro e fora do Brasil.

Como se vê, estão lançadas, em terreno firme, as bases desse trabalho sistemático, em proveito de nossa cultura geográfica, da boa ordem administrativa e da própria eficiência dos levantamentos estatísticos. Resta, apenas, prosseguir com ânimo resoluto nos esforços até agora desenvolvidos, para que se consolide e aperfeiçoe, mais, a obra realizada, sob tão favoráveis auspícios.

*Estatística* — Chegamos, por fim ao terceiro dos grandes setores em que se desenvolve a atuação construtiva do Instituto, sob a responsabilidade técnica e, em alguns casos, também administrativa, do mais antigo de seus colégios dirigentes: o Conselho Nacional de Estatística. Manda a justiça reconhecer que também neste setor o Instituto vem correspondendo inteiramente à árdua e difícil missão de habilitar o Brasil a conhecer-se a si mesmo.

Votando, como fizestes, há um ano, oportunas e importantes resoluções, fixastes novos objetivos para a atuação do aparelho estatístico nacional, cuja obra, desdobrada e profunda, já constituiu, como acentuei de início, o melhor atestado das virtualidades do princípio de cooperação entre a União, o Estado e o Município.

No período que está sendo objeto de exame, cumpre destacar, inicialmente, o prosseguimento das medidas relativas à execução dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal. É este, a vários títulos, o nosso desiderato número um, tão convencidos estamos de que a racionalização da rede de coleta municipal abrirá uma nova era aos destinos da estatística no Brasil, permitindo que o programa de ação do I. B. G. E., possa atingir, a pleno efeito, os objetivos da construção nacional que o inspiram.

Por uma feliz coincidência, que me é grato assinalar, o patrono desta fase nova na vida de nosso Instituto é, legitimamente, o ilustre brasileiro que hoje exerce a mais alta magistratura do país. Sob o patrocínio do general EURICO DUTRA, quando ministro da Guerra, foram encaminhadas as providências de que resultou medida de tão extraordinário alcance para a estatística brasileira, destinada, precipuamente, a habilitá-la a atender às necessidades dos órgãos militares. Os efeitos da providência haveriam, porém, de superar essa finalidade imediata, para traduzir-se, na verdade, numa nova era estatística, que há de ser das mais fecundas e decisivas, porque baseada solidamente em uma cadeia de órgãos municipais racionalizados, ativos e eficientes.

Sabeis vós, participantes que sois do esforço comum, que, no interregno dos trabalhos destas assembleias, não esmoreceu o ânimo firme com que, nos diferentes setores da ala estatística do Instituto, procura cada um contribuir para o êxito da obra admirável, que é patrimônio de todos.

Mestres eminentes, que nos honram com a sua visita em janeiro deste ano, a fim de participar da reunião do Conselho-Diretor do Instituto Interamericano de Estatística, tiveram, a respeito do I. B. G. E., conceitos que valem pelo melhor dos estímulos, tal a autoridade que os reveste.

Naquela reunião, foram assentadas, aliás, providências da maior significação para os destinos da estatística no censo continental de 1950, relativas ao lançamento do *Anuário Interamericano de Estatística* e à criação, em cada país, como já foi feito no Brasil, de um órgão especialmente destinado ao intercâmbio internacional de dados estatísticos. Cogitou-se, também, da idéia, preconizada pelo Instituto Nacional de Estatística da Universidade da Colômbia, de uma Conferência Interamericana de Estatística, destinada não só a estreitar os vínculos entre os cientistas americanos, senão ainda a harmonizar, mediante critérios uniformes, a metodologia da técnica estatística no continente.

Para não referir outros fatos que atestam, igualmente, o prestígio internacional da obra do Instituto, quero aludir, por fim, à eleição — que, se desvanece a “família ibgeana”, não honra menos a cultura brasileira — do secretário-geral do I. B. G. E. para a Comissão de Estatística da Organização das Nações Unidas. Embora circunstâncias de ordem pessoal não tenham permitido ao eleito aceitar o honroso mandato, vale registrar essa distinção, pelo significado que possui, inequivocamente, para o nosso Instituto e para o Brasil.

O plano de pesquisas, cuja execução está a cargo da imensa rede de órgãos supervisionados pelo Conselho Nacional de Estatística vai prosseguindo com êxito cada vez mais animador. Abrange, como sabeis, todos os aspectos da vida do país — desde a situação física, às atividades políticas e administrativas. Temos de reconhecer que os dados coligidos vêm melhorando progressivamente e só nos resta desdobrar esforços para tornar cada vez mais curta, no tempo, a diferença entre a divulgação dos resultados e a ocorrência dos fenômenos expressos nas sínteses numéricas.

Todos os problemas técnicos que nos preocupavam estão exaustivamente estudados e já foi indicada, para cada um deles, a solução mais consentânea com os nossos recursos e peculiaridades.

Insistindo em rever e aperfeiçoar os resultados até agora obtidos iremos anulando, uma a uma, as deficiências que ainda não nos permitem obter o *optimum* desejado. Para isso, é preciso, inclusive, intensificar os esforços em prol da formação de uma consciência estatística no país, e elevar, cada vez mais, o nível de capacidade técnica dos nossos quadros profissionais. Esse desígnio vai sendo alcançado à medida que se intensifica a obra publicitária do Conselho Nacional de Estatística, assinalada, no interregno dos vossos trabalhos, com o lançamento do sexto volume do *Anuário Estatístico do Brasil*, de novos números da *Revista Brasileira de Estatística* e do *Boletim Estatístico*, e com um serviço diário de "comunicados" à imprensa, para referir, apenas, as iniciativas de responsabilidade imediata da direção central. Quanto ao *Boletim*, é oportuno aludir, ainda, às providências já tomadas para a adoção de novo processo de impressão, que permita reduzir ao mínimo o intervalo entre as elaborações estatísticas e a divulgação de seus resultados.

*Um apêlo e uma sugestão* — A situação atual do mundo, quando se procura restabelecer, sobre novas bases, o equilíbrio econômico e social que as contingências históricas subverteram, cria o que se pode chamar de "fome de estatística". O fenômeno, sendo universal, não podia deixar de refletir-se também no ambiente brasileiro, onde, atualmente, se manifesta um empenho tão vivo no sentido de basear em elementos numéricos precisos e reais o encaminhamento dos graves problemas que nos angustiam.

Somos os primeiros a reconhecer que a obra do Instituto, nesse domínio, é passível de aperfeiçoamento constante e que muito ainda nos cumpre realizar, com ânimo vigilante e infatigável devotamento, para dotar o Brasil da estatística de que ele precisa, no seu largo esforço de recuperação. Todavia, se é certo que estamos, mais do que ninguém, disto convencidos, temos de reconhecer, igualmente, quanto são menos justos os que insistem em negar os resultados obtidos, nesse terreno, pela atuação do Instituto.

Podemos afirmar, sem receio de erro, que nenhum problema brasileiro pode deixar de ser equacionado, atualmente, porque faltem elementos estatísticos para a sua configuração objetiva. Irei mais longe, até: não há escassez de estatística; há, sim, abundância de estatística, mas, infelizmente mal aproveitada.

Resultam de um equívoco as críticas que muitas vezes se fazem ao Instituto, porque não lhe é permitido suprir os interessados de elementos que, pela sua

natureza, não podem estar no campo da competência dos serviços de estatística geral. Dados de cadastro, muitas vezes, simples rol de informações, noutras tantas — esses elementos só podem ser realmente procurados e obtidos nas próprias fontes de registro a que recorrem os órgãos de estatística, para as suas elaborações, análises e inferências.

Não se há de pretender que o aparelho estatístico oficial venha a suprir, duma hora para outra, as deficiências dessas fontes, situadas, em grande maioria, no campo da iniciativa privada. Isto equivaleria a atribuir às suas tarefas técnicas uma amplitude que transcende, evidentemente, dos objetivos específicos a que obedecem. Podemos estar certos, porém, de que as séries estatísticas de que já dispomos permitem preencher, com os próprios recursos matemáticos do método estatístico, as deficiências que ainda porventura subsistem em nossos levantamentos gerais.

Mas, um dos fins destas reuniões anuais é, justamente, fixar normas para a progressiva consolidação dos fundamentos da obra estatística nacional. Estaremos todos de acordo, decerto, em que, nesse sentido, dois objetivos básicos já estão virtualmente alcançados: a planificação das pesquisas e a racionalização do aparelho que por elas responde, no âmbito municipal. Que nos resta fazer, portanto? Colocar entre os objetivos imediatos do Conselho Nacional de Estatística o desenvolvimento do trabalho de análise e interpretação dos dados estatísticos disponíveis. Precisamos valorizar ao máximo os resultados de nossas pesquisas, delas tirando, pelos estudos adequados que a técnica sugere, conclusões úteis à sua aplicação prática, nos vários setores da vida nacional.

Permito-me conclamar-vos, neste grato momento, à consecução desse novo plano de trabalho, através, não só das atividades normais dos vários órgãos estatísticos integrados no sistema ibgeano, como, sobretudo, de liberações que estimulem e propiciem um vigoroso impulso naquele sentido. Não tenho dúvida de que esse apêlo encontrará ressonância em vossos espíritos, para que a atuação do Instituto se torne, como tanto convém, cada vez mais útil aos interesses do país.

Declarando, pois, instalados os trabalhos da sétima sessão das assembleias gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia, eu vos apresento as minhas saudações de boas-vindas, afetuosas e efusivas. E formulo os melhores votos por que de vossos esforços, sempre inspirados nos mais nobres sentimentos de patriotismo e numa alta compreensão do alcance da obra comum, resultem,

como das vezes anteriores, novos estímulos à tarefa de todos nós — no campo da Estatística e da Geografia —, a serviço do progresso e da grandeza do Brasil”.

#### REUNIÕES ORDINÁRIAS

A partir do dia 2 até o dia 27 de julho as assembleias gerais dos Conselhos de Geografia e de Estatística passaram a reunir-se separadamente, funcionando em sessões ordinárias.

As reuniões ordinárias dos trabalhos da VII assembleia geral ordinária do Conselho Nacional de Geografia verificaram-se na sede do C. N. G. no edifício Serrador e as do Conselho Nacional de Estatística na nova sede do I. B. G. E. à av. Franklin Roosevelt.

ramento da assembleia, sob a presidência do embaixador José CARLOS DE MACEDO SOARES, atual interventor no Estado de São Paulo e presidente efetivo do I. B. G. E., em reunião conjunta dos dois Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística. O ato teve a presença de altas autoridades, técnicos estatísticos, geógrafos, cientistas, intelectuais, grande número de funcionários daquela entidade e famílias. Pronunciaram discursos, sobre os resultados, para cada uma das alas da sessão que se encerrou, os Srs. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística e CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia.

A seguir, fizeram-se intérpretes das despedidas das delegações regionais os



*Mesa que dirigiu os trabalhos da reunião durante a qual foi debatido o caso de limites entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.*

Durante essas reuniões foram relatados os serviços geográficos e correlatos à Geografia processados nas Unidades Federadas durante o ano de 1945 e debatidos importantes problemas técnicos de que dão conta as resoluções aprovadas.

Nos intervalos da reunião foram levadas a efeito excursões e solenidades bem como os empreendimentos culturais, enumerados no decorrer desta notícia.

#### ENCERRAMENTO DA ASSEMBLÉIA

No dia 27 de julho na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizou-se a sessão solene de encer-

Srs. ABELARDO JUREMA, secretário da Educação e representante da Paraíba à assembleia do C. N. E., e VALDEMAR LEFÈVRE, delegado de São Paulo à do C. N. G.

Em resposta a essas saudações, discursaram o engenheiro MOACIR MALHEIROS SILVA, representante do Ministério da Viação no C. N. E. em nome da delegação federal integrante desse órgão, e, em nome dos delegados federais componentes do C. N. G., o Sr. Sousa BRASIL, representante das instituições culturais filiadas.

Encerrando a reunião, falou o Sr. embaixador José CARLOS DE MACEDO SOARES, que se congratulou com os conselheiros pelo êxito dos trabalhos a que

patrioticamente se entregaram durante as três últimas semanas e os concitou a prosseguir assegurando o crescente desenvolvimento do sistema estatístico-geográfico brasileiro e a realização dos ideais ibgeanos.

A seguir publicamos o discurso-relatório lido pelo engenheiro CHRISTOVAM LETTE DE CASTRO, como secretário-geral do C. N. G.:

Excelentíssimo senhor presidente,  
Ilustres membros da Mesa,  
Dignos representantes da Estatística,  
Prezados colegas da Assembléa Nacional de Geografia,  
Querido amigo e eminente embaixador  
JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES:

Estou certo de que interpreto bem o sentimento dos participantes da assembléa geral de Geografia, consagrando as minhas primeiras palavras e uma saudação amiga e calorosa ao nosso insigne presidente efetivo, embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que, na hora final dos nossos trabalhos, se dignou de participar do nosso convívio.

Homenagens sempre devemos ao embaixador MACEDO SOARES, não somente nós, senão todos os brasileiros, pela culminante posição que merecidamente ocupa na vida nacional, em reconhecimento legítimo da sua inteligência, da sua cultura e do seu patriotismo.

Agradecimentos lhe deve esta assembléa, que, comovida, reconhece o esforço de V. Exa., preclaro embaixador, para nos estar aqui, neste momento, confortando com a sua presença honrosa e amiga.

Agradecimentos ainda pela delicadeza que V. Exa. teve em nos mimosar, na reunião plenária do dia 15, com uma mensagem telefônica, oportuna e expressiva, com a segurança da sua presença espiritual, que nos foi acalentadora e auspiciosa.

Entretanto, senhores, acima das homenagens tão merecidas, acima dos agradecimentos que se impõem, tenho a assinalar o alto significado do magnífico exemplo que nos dá o nosso abnegado presidente efetivo, exemplo que é facho luminoso a conduzir quantos se entregam às tarefas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Exemplo de compreensão, exemplo de devotamento, exemplo de patriotismo, compreensão, devotamento e patriotismo que chegam às raias do sacrifício, a serviço do bem coletivo; exemplo sublime, portanto.

É o que testemunhamos, com emoção, no momento presente, em que o nosso presidente troca os enlevos da vida privada, tranqüila e plena de conforto físico e espiritual, pela vida pú-

blica, trabalhosa e agitada, pelo árduo desempenho de cargo cheio de altas responsabilidades na administração e na política do país.

E, assim, em vez das delícias do estudo sedutor ou da leitura amena e proveitosa, absorvem-lhe o espírito as soluções dos angustiosos problemas públicos do momento; em lugar da convivência delicada e suave com os entes queridos, assoberbam-no as audiências exigentes, quantas vezes irritantes no conflito dos interesses mesquinhos de pessoas desconhecidas; substituindo as excursões recreativas, deleitosas e repousantes, ocorrem-lhe as locomoções urgentes, sucessivas e fatigantes; e o ambiente sereno, luminoso e elevado da compreensão fraterna, que lhe é tão familiar, perturba-se freqüentemente com as molestas incompreensões dos interesseiros, dos tendenciosos e dos fanáticos.

Bem compreendemos e admiramos o sacrifício de V. Exa., senhor presidente, e por isso sabemos bem avaliar o mérito do seu exemplo, de que os ibgeanos somos os mais beneficiados.

Em nossa trilha, a serviço do I. B. G. E. e do Brasil, tudo faremos, querido embaixador MACEDO SOARES, para seguir o seu nobre exemplo de compreensão, de devotamento e de patriotismo.

\*

Meus senhores, a VII sessão ordinária da assembléa geral do Conselho Nacional de Geografia termina hoje a sua tarefa.

Iniciando as atividades em 1.º do corrente, a assembléa realizou 19 reuniões plenárias, cuja duração variou de 3 a 5 horas.

Em apreciável esforço, a assembléa aprovou 39 Resoluções, de ns. 173 a 211, e apreciou os relatórios das atividades geográficas e cartográficas desenvolvidas em 1945 nos setores da administração federal e das administrações estaduais, principalmente em relação aos empreendimentos coordenados pelo Conselho Nacional de Geografia.

As atividades da assembléa compõem um belo conjunto cultural, que cumpre definir.

Em virtude do regulamento, cabe ao secretário-geral tal missão.

Oxalá que, de futuro, alguém iluminado por mais vívida inteligência e amparado em cultura mais extensa e profunda, faça a apreciação das atividades da assembléa com o brilho e o fulgor que reilitam a eficiência numa atuação compatível com a magnitude, a elevação e a importância do cargo.

Há nos estudos geográficos modernos uma norma, um sentido e uma tendência que propiciam à Geografia apreciáveis condições de desenvolvimento.

A norma é a explicação, que assegura à Geografia legítimo fôro de ciência, caracterizada por objeto próprio e por método adequado de pesquisa.

O sentido é o humano, procurando fazer da Geografia uma ciência do Homem para o Homem, de modo que, nas suas investigações, haja sempre que possível a consideração da atitude humana, a dar às paisagens um significado ativo não só nas condições atuais, como também nas perspectivas das transformações futuras.

A tendência é o regionalismo, a imprimir unidade científica no estudo geográfico, pelo qual não se deve considerar esse ou aquele aspecto isoladamente, senão como preferentemente, a resultante dos fatores geográficos, que é a paisagem, em uma expressão fisionômica de conjunto, cuja definição constitui a finalidade mesma da orientação regionalista.

Em síntese, o geógrafo moderno tem a preocupação de conhecer cada região estudada em sua fisionomia de conjunto, procurando explicar as causas e os efeitos de tal fisionomia, sobretudo quanto à atitude humana que nela se desenvolve ou que de futuro desenvolver-se.

A definição da paisagem cultural da presente assembléia não é fácil porque as suas atividades foram abundantes e, além disso, porque, sob numerosos aspectos, elas se desdobraram.

Constituída de ilustres técnicos, convocados para o estudo das momentosas questões do trabalho geográfico e cartográfico do país, a assembléia projetou-se maravilhosamente, repercutindo nos meios culturais os seus auspiciosos resultados.

Sua excelência o professor Dr. ERNESTO DE SOUSA CAMPOS, digno ministro da Educação e Saúde, recebeu em audiência coletiva os membros da assembléia, com os quais demoradamente se entendeu a respeito do ensino da Geografia e da sua difusão cultural.

As sugestões levadas a S. Ex.<sup>a</sup> pela assembléia, em expressiva mensagem, tiveram tão bom acolhimento, que o senhor ministro lhe deu incumbência outra, que a assembléia desempenhou mediante a Resolução n.º 210, no sentido de oferecer uma contribuição acerca do currículo do ensino da Geografia e da História para o curso secundário.

Evidentemente, a missão escapava à atribuição do Conselho, mas a assembléia aceitou-a de bom grado, numa demonstração inequívoca do seu espírito de cooperação, que é a norma básica da instituição e, assim, prontamente convocou eminentes professores de Geografia e de História, resultando das conversações uma sugestão de

currículos bem interessante, que, a um tempo, atende às modernas conquistas da pedagogia de uma e de outra disciplina, e propicia a indispensável correlação do ensino dessas duas matérias — a Geografia e a História —, que naturalmente se entrosam, visto que o espaço e o tempo são elementos indispensáveis ao estudo dos fatos humanos.

O almoço com que o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, o ilustre engenheiro HILDEBRANDO DE ARAÚJO GÓIS, distinguiu a assembléia, representou homenagem que foi por todos devidamente apreciada, como de aprêço ao movimento cultural da Geografia Nacional.

Gratas visitas de personalidades ilustres revelam o interesse despertado pela assembléia, sendo merecedoras de menção as seguintes: a do Sr. general MÁRIO TRAVASSOS, ensaísta de reconhecido renome pelos excelentes estudos que sobre a matéria tem publicado; a do distinto deputado PEREIRA DA SILVA, do Estado do Amazonas, que fez interessantes depoimentos acerca da sedutora região amazônica; a do eminente comandante THIERS FLEMING, devotado estudioso dos problemas de limites interestaduais e patriótico pugador das suas soluções; do coronel PAUL C. SCHAUER, da U. S. Air Force, que está encarregado dos trabalhos de Trimetrogon no Brasil.

Teve a assembléia, conforme acontece anualmente, a convivência fraterna e coadjuvante da assembléia do Conselho Nacional de Estatística, em constantes visitas, nas quais bem se ressaltou o espírito ibgeano de cooperação e mais se evidenciaram as relações existentes entre a Geografia e a Estatística, no afã nobilitante do conhecimento da terra e da gente do Brasil.

Em demonstração confortadora da projeção da assembléia, cumpre assinalar como acontecimento relevante a realização, com excepcional êxito do seminário referente à "Campanha da Borracha", que contou com a colaboração do presidente do Conselho Nacional de Imigração e Colonização, do presidente do Banco de Crédito da Borracha, do diretor-geral do Departamento Nacional de Imigração, de ilustres parlamentares, de técnicos que atuaram na referida campanha, oferecendo todos depoimentos pessoais de grande valia, os quais revelaram aspectos interessantes daquela discutida campanha.

Com satisfação geral, revelou o seminário, através dos dados e informações, que a campanha não redundou no fracasso lamentável tão propalado, porquanto o aumento efetivo da produção da borracha e o desenvolvimen-

to surpreendente de outros produtos amazônicos respondem pela fixação na Amazônia de numeroso contingente dos nordestinos, que são os soldados do exército da borracha.

Decidiu-se, então, que o Conselho efetuará um estudo de Geografia Humana, em que se procure sobretudo conhecer o aspecto da fixação do nordestino na Amazônia, no sentido de evidenciar a correlação geográfica das duas regiões brasileiras que, embora contíguas, oferecem características fisiográficas tão diferenciadas.

E de grande significação cultural foi a série de conferências realizadas no corrente ano, as quais congregaram na sede do Conselho grandes expoentes da cultura geográfica e cartográfica do país. Foram elas proferidas: uma pelo ilustre Eng.<sup>o</sup> MOACIR SILVA, consultor técnico do M.V.O.P., que dissertou brilhantemente sobre aspectos geográficos do transporte no Brasil; outra, pelo digno Sr. Dr. ARTUR HEHL NEIVA, sobre aspectos geográficos da imigração e da colonização no Brasil, assunto em que é categorizado especialista; e, finalmente, outra pelo secretário-geral, que desenvolveu o tema — “Perspectivas da Cartografia Brasileira”.

A obra da assembléa apresenta uma fisionomia de conjunto que é formada de três ordens de assuntos: — os administrativos, os geográficos e os cartográficos.

Refletem êsses três setores as linhas gerais do trabalho realizado, todo êle de natureza cultural.

Até a matéria administrativa não perde a feição cultural, uma vez que a administração da pesquisa geográfica e da técnica cartográfica é essencialmente especializada.

Nessa apreciação geral, cumpre insistir na diferenciação adotada pelo Conselho entre Geografia e Cartografia, para melhor distribuição das atividades, que dia a dia se desenvolvem, e por isso mesmo exigem rigorosa ordenação.

Na Geografia se agrupam os estudos e trabalhos de nomenclatura e de descrição do território e, sobretudo, as pesquisas dos fatos de superfície.

Na Cartografia estão compreendidas as operações referentes ao *mapeamento* do território.

A Geografia é ciência, a Cartografia é técnica.

A assembléa deu tratamento harmônico aos problemas administrativos, geográficos e cartográficos, que estavam exigindo soluções para a boa marcha dos empreendimentos do Conselho Nacional de Geografia.

Sob o ponto de vista administrativo, a assembléa baixou duas séries de Resoluções: uma de natureza estrutural, dando composição às suas Comissões Regimentais e às Comissões Técnicas do Conselho, obedientes a um novo esquema e dispondo acêrca da criação de órgãos geográficos estaduais; outra de natureza funcional, aprovando os atos e contas dos órgãos do Conselho, dispondo sobre a publicação de Leis e Resoluções relativas ao Conselho e promovendo o pagamento da nova sede do Conselho.

Sob o ponto de vista geográfico, as deliberações da assembléa foram abundantes, podendo ser classificadas segundo o interesse relativo ao ensino da Geografia, à pesquisa e à divulgação geográficas.

Quanto à pesquisa geográfica, há que assinalar: 1) a instituição do serviço de excursões de estudos, destinado a facilitar o conhecimento das paisagens geográficas pelos interessados e estudiosos, sobretudo pelos professores de Geografia dos diferentes graus de ensino; 2) a realização de inquéritos nacionais sobre assuntos de Geografia Humana; 3) a inclusão de geógrafos no quadro de técnicos dos serviços de Cartografia; 4) a organização da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História como órgão de coordenação das atividades geográficas no continente; 5) a participação científica do Brasil na IV assembléa geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, a realizar-se em Caracas no mês de agosto vindouro.

Quanto ao ensino da Geografia, cumpre ressaltar: 1) a organização dos cursos de férias, destinados aos professores de Geografia, sendo um de informações nas férias pequenas, outro de aperfeiçoamento nas grandes férias escolares; 2) a instituição dos cursos de informações geográficas, destinados aos professores de Geografia das capitais das unidades federadas e das suas principais cidades; 3) a sugestão da criação do ensino da Geografia Regional nas faculdades de filosofia do país; 4) a instituição do cadastro dos professores de Geografia, para facilitar o intercâmbio com o Setor Didático do Conselho e a realização de determinados inquéritos; 5) a sugestão dos currículos do ensino da Geografia e da História, em vista da solicitação do senhor ministro da Educação e Saúde.

Quanto à divulgação geográfica, de tanta importância para a cultura popular, a assembléa prestou a máxima atenção, como se pode certificar pelo ementário deduzido das decisões: 1) O preparo de pequenas geografias do Brasil e das suas unidades federadas, des-

tinadas à divulgação geral e às escolas; 2) a divulgação, nos semanários ilustrados, de assuntos geográficos brasileiros; 3) a publicação de informações geográficas sobre os municípios brasileiros; 4) a realização do concurso anual de informações geográficas acerca dos municípios brasileiros, relativo a 1947.

Do ponto de vista cartográfico, a assembléia teve de arcar com importantes problemas, aos quais procurou dar soluções adequadas.

O Plano Nacional de Cartografia, previsto no decreto-lei n.º 9210, de 29 de abril de 1946, reclamou cuidados no intuito de se recomendarem medidas oportunas e úteis à comissão que fixará definitivamente aquêlê Plano, — comissão que deverá ser constituída de técnicos dos Estados-Maiores militares e do Conselho Nacional de Geografia.

Para as questões de demarcação de limites interestaduais, dentre os quais sobreleva o momentoso caso surgido entre Minas Gerais e o Espírito Santo, a assembléia votou prudentes recomendações, já que não lhe compete solucioná-las.

O levantamento de plantas das cidades e vilas brasileiras, como contribuição cartográfica ao censo de 1950, representa iniciativa de indiscutível mérito e oportunidade.

O preparo e impressão de mapas gerais do Brasil e das unidades da Federação é empreendimento merecedor de aplausos.

A fixação dos novos valores das áreas do Brasil e das suas unidades políticas representa incontestável aperfeiçoamento da Cartografia brasileira.

A tiragem de fotografias aéreas de todo o território nacional, em regime de cooperação, é tarefa digna de todo o apoio, porquanto ela é valiosíssima documentação não só para os trabalhos cartográficos, senão também para os demais pesquisadores do território, — inegavelmente um dos mais relevantes serviços prestados à nossa pátria.

Enriquecendo a paisagem cultural da assembléia, que, como vimos, se patenteou em oportunos e abundantes pronunciamentos a respeito de matéria administrativa, geográfica e cartográfica, há que considerar algumas outras iniciativas de caráter geral, que a assembléia aprovou com grande elevação intelectual tais como: o preito de saudade rendido aos geógrafos, cartógrafos e geometristas brasileiros falecidos desde a última sessão da assembléia; a homenagem prestada à Assembléia Nacional Constituinte, que, no estudo da Constituição brasileira, tem de considerar importantes assuntos geográficos assinalados pela assembléia geral; a

participação do Conselho nas comemorações do centenário da cidade de São Leopoldo e do cinquentenário da cidade de Belo Horizonte, bem como no II Congresso de História da Revolução de 1894 que se realizará na cidade de Belo Horizonte, em novembro vindouro, e no II Congresso Pan-Americano de Engenharia de Minas e Geologia, que se efetuará no Rio de Janeiro, em outubro próximo; a campanha que será promovida pelo Conselho para a ereção de um monumento de significação continental, em praça pública de Cuiabá, por ocasião da comemoração do 2.º centenário do Tratado de Madri, obra prima do grande brasileiro ALEXANDRE DE GUSMÃO.

Animadoras expectativas anunciam-se as decisões tomadas pela assembléia.

Para se ter a certeza disso, basta relancear a vista pelo que de principal oferecem as Resoluções aprovadas, cujo panorama rico e multiforme vem de ser esboçado em suas linhas gerais.

Se forem postas em prática as medidas recomendadas pela assembléia, quanto à estrutura e ao funcionamento da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, cuja direção está entregue ao Conselho, o Brasil passará a ter atuação de grande realce no cenário pan-americano, porquanto lhe caberá chefiar o movimento geográfico no continente americano, nos setores da pesquisa, do ensino e da divulgação da Geografia.

Se surtirem efeito as sugestões da assembléia, dentro em curto tempo estarão resolvidas tôdas as questões de demarcação de limites interestaduais, para satisfação dos brasileiros e afirmação da nossa cultura.

Se as providências determinadas forem coroadas de êxito, dentro em breve teremos as plantas das cidades e vilas brasileiras, de excepcional vantagem para o recenseamento de 1950 e para os administradores dos municípios brasileiros.

Se tudo quanto previu a assembléia se converter em realidade, a participação do Brasil na IV assembléia geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História significará notável afirmação cultural do Brasil.

Se as disposições fixadas se concretizarem, os brasileiros estudiosos do território local participarão duma grande campanha cooperativa cultural, oferecendo cada um o resultado dos seus estudos no concurso anual de informações geográficas sobre os municípios brasileiros.

Se as previsões corresponderem a nossas expectativas, em futuro próximo os professores de Geografia, não só

das capitais, mas também os das principais cidades do país, encontrarão facilidades para o aperfeiçoamento dos seus conhecimentos especializados, quer frequentando os cursos de férias, quer participando das excursões de estudos.

Se saírem a lume as publicações preconizadas pela assembléa, a cultura popular brasileira receberá valiosos subsídios de formação, com base nos ensinamentos da Geografia e da Cartografia.

Se as providências baixadas pela assembléa tiverem a necessária e desejada efetivação, em menos de dois anos o território brasileiro estará totalmente fotografado, e as respectivas fotografias aéreas hão-de documentar valiosamente a nossa terra, oferecendo inestimável auxílio aos estudos de relevo, de geologia, de águas, de vegetação, assim como aos estudos agrícolas, demográficos, econômicos e similares.

Se o futuro corresponder aos anseios do presente, dentro de alguns anos teremos uma carta real do Brasil, baseada nas fotografias aéreas do território nacional, devidamente aproveitadas segundo processos técnicos modernos, carta que será de valor insuperável para o grande impulso civilizador que a nação brasileira há-de experimentar nesse luminoso porvir.

O que importa, o que convém, o que envolve o compromisso dos responsáveis pelas atividades geográficas e cartográficas, é transformar o *Si* de hoje no *Sim* de amanhã, é substituir a condicional presente pela afirmativa próxima.

É tudo isso tem por símbolo uma simples letra, que é bem verdade, sendo o *M*, esconde um mundo de ideais, de propósitos e de dedicações.

Eu tenho fé no milagre dessa letra maravilhosa, que é, a um tempo, um símbolo maravilhoso e uma evocação suave.

O *M*, na sua origem, diz-nos a paleografia, era um traço horizontal sinuoso que, na escrita hieroglífica egípcia simbolizava a água, êsse elemento precioso e universal.

Depois, nos antigos alfabetos latinos, passou a ser representado por traços verticais, em número de 4 inicialmente e de 3 em seguida, como que a simbolizar no paralelismo a procura do divino que se oculta no infinito, e no verticalismo a elevação dos sentimentos, cujo aperfeiçoamento conduz aos céus.

Mais tarde, o *M* humanizou-se na sua forma, tomando no alfabeto latino a sua conformação atual, em que apresenta três apoios, ficando aliás a única letra a denunciar tão bem o equilíbrio e a estabilidade, que só a trindade proporciona.

E, quanto a mim, meus amigos, — permitam-me deixe falar um coração saudoso, — confio religiosamente no poder mágico dessa letra, evocadora de um nome santo, que, segundo tão lindamente reza a canção popular, "principia na palma da minha mão".

Tenho dito.

#### CURSO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DE 1946

Paralelamente à assembléa realizou-se o curso de informações geográficas constante de uma série de três conferências sobre marcantes aspectos da Geografia nacional.

**Perspectivas da Cartografia brasileira** Debatendo êsse tema o Eng.º CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, na série de conferências do curso de informações geográficas, abordou problemas técnicos da Cartografia nacional.

O Eng.º LEITE DE CASTRO, ao iniciar a sua palestra, fazendo um apanhado dos trabalhos cartográficos, expõe uma classificação dêstes de acôrdo com a natureza e grau de complexidade das operações que envolvem. De uma maneira geral, dividiu-os em dois setores, a saber: operações de campo e de gabinete. Entre as primeiras distinguiu os trabalhos de alta precisão, de precisão, expedito e informativo. Os de alta precisão compreendem os processos de astronomia, geodésia e nivelamento; os de precisão abrangem topografia e aerofotogrametria. Em seguida passou a analisar os trabalhos de gabinete em que entram desenho e impressão, e, finalmente, a interpretação. Mostrou depois como essas diferentes fases e sistemas de trabalho cartográfico pressupõem um pessoal técnico capaz de executar, uma por uma, as tarefas particularizadas que integram. Por outro lado, ressaltou as relações entre a Cartografia e a Geografia, sobretudo na fase da interpretação dos mapas. Delineado o quadro dos aspectos cartográficos em geral, definiu, em face do mesmo a posição do Conselho Nacional de Geografia, que é a de órgão ativador e coordenador das atividades cartográficas no país. Mostrou como se deve compreender êsse papel. Considerou que foi justamente um dos motivos que inspiraram ao governo a criação do C.N.G., o desejo de evitar a dispersividade que se notava no domínio da Cartografia, onde diversas instituições oficiais e particulares, isoladas, produziam sem se dar conta dos trabalhos uma das outras e sem uniformidade de ação. Urgia a criação de um órgão que as supervisionasse e fôsse como um instrumento da cooperação entre elas, de modo a que

na esfera da sua especialidade contribuísem festivamente para o mais completo mapeamento do nosso território. Considerou, em segundo lugar, que a atividade coordenadora do Conselho não é tão somente passiva. Apresenta também um aspecto dinâmico. Tal aspecto se reflete no Serviço de Geografia e Cartografia do C.N.G., que é órgão executivo. Mantendo-o não perde todavia o Conselho o caráter eminentemente coordenador, conquanto esta função implica o estabelecimento de planos, campanhas, etc., e, conseqüentemente, a capacidade de intervir suprimindo, supletivamente, as lacunas nos trabalhos concernentes a êsses planos.

êste último, que constitui uma aplicação do radar, encarou a possibilidade de ser êle comunicado na próxima reunião do Instituto Pan-Americano, em Caracas. Mostrou em seguida que o Conselho já prevê a possibilidade de empregá-los. A quarta norma consiste na *universalidade*, mediante a qual o Conselho deve estar vigilante para que não falte o caráter de totalidade quando se trate de um problema cartográfico, tanto do ponto de vista do método (uniformização), quanto do espaço (generalização). A quinta norma diz respeito ao *planejamento*. Também resulta da primeira. Citou como emendas a campanha das coordenadas geográficas e a dos mapas municipais,



*Aspecto de uma reunião cultural realizada durante a assembléia, na sede do C.N.G.*

Em resumo esboçou algumas normas por que se deve pautar a atividade cartográfica no país: primeira — *atividade coordenadora*, que acabamos de ver; segunda — *preceito da economia*. Deriva da primeira e consiste na atuação do Conselho visando evitar a duplicidade de serviços, isto é, impedir que diferentes agências cartográficas executem, sem o saber, tarefas semelhantes. A terceira norma é a de *atualidade*, pela qual se devem orientar os trabalhos cartográficos nacionais de acôrdo com as últimas aquisições da ciência neste particular, introduzidos desde a última guerra. Mencionou o "trimetrogon" e o "shoran". Quanto a

dois planos já empreendidos pelo Conselho com surpreendentes resultados.

Após, referiu-se ao Decreto-lei n.º 9 210, de 29-4-1946, que fixa as normas para a uniformização da Cartografia nacional. Discorreu sôbre a significação do mesmo, observando que marca o início de uma fase das mais promissoras às realizações neste campo.

Descreveu, finalmente, três programas de extraordinário alcance que estão sendo estudados presentemente nos projetos preparatórios do Plano Nacional de Cartografia a ser fixado em cumprimento ao citado decreto. O primeiro programa tem por objetivo o

reconhecimento do nosso território, mediante a fotografia aérea, pelo sistema trimetrogônico e a posterior substituição para mapas. Saliu que já temos vinte dois por cento do mesmo fotografado, faltando fotografar a parte restante. O programa seguinte prevê a triangulação geodésica cobrindo todo o nosso território, para mapas de precisão. Notificou aos presentes o que já se fez nesse sentido e o que se pretende realizar. O último programa é a culminação dos anteriores que se destinam a fornecer os elementos básicos para a confecção de mapas topográficos rigorosos do território brasileiro.

#### Aspectos geográficos da colonização e imigração

Outra conferência da série foi a que pronunciou o professor **ARTUR HEHL NEIVA**, especialista em assuntos de imigração e colonização. O tema desenvolvido pelo conferencista foi o intitulado "Aspectos geográficos da colonização e imigração".

a Geografia e as ciências sociais e acentua a tendência da primeira, que se observa modernamente, para a socialização. Vale dizer que os problemas sociais têm conteúdo geográfico e vice-versa, portanto, não podem ser estudados isoladamente de outros fatores que não lhes sejam inerentes.

Descrevendo o quadro histórico da época dos descobrimentos que caracterizou a expansão portuguesa, salienta os fatores geográficos que motivaram este grande movimento histórico, passando depois a referir as primeiras relações da colonização do Brasil às condições geográficas. Essa predominância dos fatores geográficos, adianta, persiste na fase da penetração para o interior, como provam as linhas de penetração. Mostra também a Geografia emprestando feição característica aos primeiros núcleos de povoamento. Assinala, ainda, o sentido geográfico da imigração nos tempos do Império. Entra, então, a analisar uma nova fase: aquela em que as influências geográficas cedem lugar às eco-



A foto ilustra um aspecto da conferência do prof. **ARTUR H. NEIVA**, mostrando o conferencista debatendo o tema.

Presentes os delegados à assembleia e técnicos do C.N.G., além de outras pessoas interessadas no assunto que ia ser tratado, o engenheiro **LEITE DE CASTRO** fez a apresentação do orador, ressaltando-lhe os méritos e a autoridade na matéria que ia encarar.

Na sua conferência, o Sr. **ARTUR HEHL NEIVA** pôe em relêvo, desde logo, as relações e interdependências entre

nômicas, em que o homem passa de "produto geográfico a agente geográfico". Aplica-se a demonstrar essa sua tese considerando as novas linhas de penetração que passam agora a seguir os meios de transporte. O deslocamento demográfico para o interior se dá em função da evolução dos meios de transporte: estradas de ferro, estradas de rodagem, vias fluviais e finalmente

o avião, sem que sejam de desprezar os fatores clima e solo.

Prosseguindo, interpreta cartas e mapas representando a nossa fronteira econômica. Mostra que nos últimos vinte anos esta pouco se deslocou e indica o sentido em que se processaram os deslocamentos.

Na última parte da sua conferência o Sr. ARTUR HEHL NEIVA, trata das medidas políticas capazes de promover a ocupação intensiva e a valorização, das grandes áreas despovoadas do nosso país. Caracteriza finalmente os dois tipos de colonização, preconizados pelos sociólogos e que vêm sendo aplicados no Brasil: primeiro, fundação de núcleos ao longo da linha pioneira da fronteira econômica, fazendo-a avançar paralelamente a si mesma; segundo, resultante da existência das linhas demográficas, consistindo na criação de novas ilhas nos espaços vazios. Inclina-se pelo primeiro sistema pelas vantagens de rapidez que oferece. Apresenta, em seguida, as condições técnicas da fundação desses núcleos.

Estuda por fim os problemas relacionados com a imigração em si, mostrando que nela o aspecto geográfico não é tão preponderante, havendo que levar em conta fatores de ordem étnica, política, etc. Concluindo, faz um apêlo aos técnicos do Conselho para que estes colaborem com o Conselho Nacional de Colonização e Imigração na orientação acertada desse magno problema nacional.

#### Expansão dos transportes interiores — Alguns planos de viação à luz da Geografia

Pelo Eng.<sup>o</sup> MOACIR M. F. SILVA, técnico do Ministério da Viação, foi pronunciada uma conferência abordando os problemas de transportes interiores estudados à luz da Geografia.

Essa preleção, que foi a primeira da série que será dada, na sede daquela entidade, constituindo o curso de informações geográficas, cujo funcionamento acompanhará os trabalhos da VII assembleia geral do Conselho Nacional de Geografia, contou com a presença dos delegados estaduais a essa reunião, técnicos do C.N.G., além de outras pessoas atraídas pelo assunto sobre que ia discorrer o conferencista.

Inicialmente o orador pôs em relevo as relações existentes entre os transportes e a Geografia, referindo-se aos diversos fatores naturais, como o mar, os rios e o relevo que condicionam os transportes de superfície e sobre eles exercem uma influência capaz de modificá-los segundo as circunstâncias particulares de cada caso.

Em seguida, passou a considerar os planos gerais da viação, descreven-

do os de RAMOS DE QUEIRÓS (1874), de REBOUÇAS (1874), de BICALHO (1881), de BULHÕES (1882), o da 1.<sup>a</sup> República, passando depois em revista as sugestões de ampliação da rede ferroviária apresentadas de 1890 a 1929. Detêm-se no plano de SOUSA BRANDÃO (de 1932) e finalmente, no plano geral de viação nacional de 1934.

Prosseguindo, ocupou-se dos planos rodoviários, descrevendo os de autoria de CATRAMBI (de 1926), de SCHNOOR (de 1927), da Comissão de Estradas de Rodagem (1928), do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e, finalmente, o Plano Rodoviário Nacional de 1944.

Tecendo diversas considerações em torno dos planos expostos e de outros pontos de interesse que envolve o problema do traçado das vias de transporte, o conferencista aduziu várias conclusões em que acentua a distinção entre planos de obras e planos de viação, terminando por afirmar de modo categórico: "O Brasil deve ter planos de viação do tamanho da sua Geografia".

#### VISITA DOS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA DE ESTATÍSTICA

Na reunião ordinária do dia 23 de julho teve lugar a visita que os membros da assembleia geral do C. N. E. fizeram à assembleia de Geografia para fazer a entrega de uma Resolução votada pelos técnicos estatísticos na qual louva a atuação do Conselho Nacional de Geografia.

Para fazer a entrega desse documento falou o Dr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, secretário-geral do I.B.G.E., que começou por enaltecer o espírito de colaboração e leal entendimento existente entre os técnicos da Estatística e da Geografia, acentuando a necessidade de que cada vez mais se estreitem os liames fraternais que unificam a família ibgeana, estabelecendo, a propósito, o perfeito entrelaçamento dos numerosos estatísticos com os valores geográficos. Detendo-se na apreciação do vulto de trabalhos levados a efeito pelo C.N.G., afirmou o Dr. TEIXEIRA DE FREITAS que esse órgão vive em correspondência com os mais importantes problemas do país. Reafirmando os propósitos dos estatísticos de cimentarem ainda mais a união com os seus colegas geógrafos, declarou que isoladamente nada pode ser construído, pois a cooperação e o entendimento são os fatores principais para a realização de uma grande obra. Ao fim do seu discurso o Dr. TEIXEIRA DE FREITAS fez entrega da Resolução dizendo constituir ela o diploma que substancia os agradecimentos e louvores do C.N.E. ao Conselho Nacional de Geografia.

Em nome dos visitantes falou o Dr. DJALMA FORJAZ, representante do Estado de São Paulo na assembléia de Estatística, que depois de saudar o técnico da Geografia fez entrega ao Eng.º CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO da Resolução votada na mesma assembléia na qual é credenciado o secretário-geral do C.N.G. para representar o I.B.G.E. no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura.

Foi o seguinte o discurso do Sr. DJALMA FORJAZ:

“Ao usar da palavra para saudar-vos em nome do Conselho Nacional de Estatística, na ocasião em que este prazerosamente retribui a cordial visita que lhe fez o Conselho Nacional de Geografia, sinto-me incumbido de missão que encerra dupla honra: a que provém da qualidade do mandante e a que deriva da categoria daquele a quem se dirige o exercício do mandato.

A Geografia e a Estatística, senhores, são atividades que se integram e se completam, se encaradas do ponto de vista de sua finalidade suprema que é o conhecimento da pátria em todos os seus aspectos territoriais e humanos. Os trabalhos das duas alas a que pertencemos estão, na verdade, estreitamente ligados. Se, de um lado, a investigação estatística dos fenômenos sociais, econômicos e culturais há de ser intimamente relacionada com o estudo da base territorial do ambiente físico onde se processam, de outro lado, a investigação do âmbito geográfico não há de perder de vista as atividades humanas a que serve de teatro. O estudo do homem em função da terra e da terra em função do homem, aproxima-nos, geógrafos e estatísticos, na tarefa ingente de possibilitar o conhecimento de nossas realidades e de proporcionar os elementos indispensáveis ao equacionamento e à solução dos problemas sociais.

Bem andaram, por isto, os criadores de nosso Instituto, reunindo num só grêmio, como que numa feliz simbiose, as duas alas da atividade por excelência perscrutadora da pátria.

O Conselho de Geografia, cujos componentes neste momento, recebem dos do Conselho de Estatística o amplexo fraternal de sua admiração e estima, tem desenvolvido uma intensa, eficiente e benéfica atividade com o fim de pesquisar e divulgar dados sobre a nossa terra. Creio que forma melhor não encontraria para dizer dos serviços prestados à coletividade por esse Conselho, do que prestando uma especial homenagem àquele que exerce dedicadamente as funções de seu secretário-geral e cujo nome, com grande satisfação, peço licença para declinar: o Exmo. Sr. Dr. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO.

Muito moço ainda, pois apenas atinge a maturidade, S. Ex.<sup>a</sup> já conta com uma enorme bagagem de trabalhos na sua especialidade prestados ao Brasil. Descendente por linhagem paterna e materna de espíritos de escol dedicados a obras de engenharia de interesse público, esse ilustre brasileiro, filho de Minas, já nos bancos acadêmicos se distinguia como estudioso infatigável de problemas nacionais. Quando ainda cursava a tradicional Escola Politécnica desta capital, pela qual recebeu diploma de engenheiro-geógrafo e depois de engenheiro civil, distinguiu-se não só como estudante, pois se classificou em primeiro lugar na sua turma e recebeu diversos prêmios; e também como pesquisador de assuntos de alto interesse para a nação. Entrevistado por um grande periódico desta cidade sobre o aproveitamento dos nossos recursos minerais, forneceu uma entrevista que marcou época, pois importou num estudo notável pela segurança e profundidade dos conceitos que encerrava.

Depois de diplomado, o jovem engenheiro iniciou a sua vida prática exercendo a atividade, nobilitante, por todos os títulos, de magistério.

Dessa atividade o foi retirar, numa inspiração feliz, eis que constituiu o início de uma carreira de mais amplas possibilidades para o bem coletivo, o então ministro JUAREZ TÁVORA. Nomeado para dirigir a Secção de Estatística Territorial, da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, S. Ex.<sup>a</sup> por tal forma a bafejou com o seu entusiasmo cultural e produtivo, que, em 1938, era ela ampliada para o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, repartição autônoma com as funções de órgão consultivo do Conselho Nacional de Geografia, integrado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Foi, assim, o Exmo. Sr. Dr. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO um dos pilares com que se construiu o nosso Instituto, aliando-se ao preclaro técnico-estatístico, cujo nome declino com prazer e respeito, o Exmo. Sr. Dr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, para, sob a presidência do embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, realizar a fecunda aproximação entre as alas geográfica, estatística e censitária dos estudiosos nacionais.

Estas minhas modestas palavras se alongariam por demais se eu tivesse a veledade de alimentar o prazer com que enumeraria numerosos trabalhos de inestimável valor produzidos pessoalmente pelo Dr. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, ou sob a sua direção, pelo Conselho Nacional de Geografia, com a colaboração de tantos dedicados e operosos companheiros de suas atividades.

O Conselho Nacional de Geografia enriqueceu, nos poucos anos de seu funcionamento, as letras brasileiras com vultoso afluxo de trabalhos de campo, astronômicos, geodésicos, topográficos e aerofotogramétricos, e de gabinete, cartográficos e culturais.

Pessoalmente, o Dr. LEITE DE CASTRO produziu *Um problema de Cartografia*, que mereceu elogiosas referências de MATIAS DE OLIVEIRA ROXO, e diversos artigos e memórias insertos em revistas especializadas, inclusive norte-americanas.

Espírito lúcido, sentindo-se à vontade em diversos ramos da cultura humana, elaborou um estudo, de caráter histórico, sobre a vida e obra do conselheiro SAMUEL MAC-DOWELL, com o qual se desempenhou de incumbência de responsabilidade que lhe foi confiada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, qual a de seu orador oficial por ocasião da homenagem prestada àquele estadista por motivo do centenário do seu nascimento.

Expandindo a sua personalidade para além das fronteiras da pátria, o Dr. LEITE DE CASTRO é membro de diversas instituições científicas do estrangeiro, e já esteve em Roma, nos Estados Unidos e México, no desempenho de missões oficiais.

E por último, recebeu uma distinção que não somente o atinge, mas honra também o país de que é um dos mais ilustres concidadãos: foi eleito presidente da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano.

Mas, meus senhores, além da missão de traduzir os sentimentos do aprêço, da admiração, da fraternidade e da camaradagem que unem a ala estatística à ala geográfica do I.B. G.E., eu recebi outra e não menos grata incumbência: a de comunicar ao Eng.<sup>o</sup> CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO a indicação unânime que, o Conselho Nacional de Estatística, fêz, de seu ilustre nome, para representar o I.B. G.E. no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, indicação por todos os títulos justa e acertada, que, além de representar homenagem do Conselho Nacional de Estatística à personalidade de Sua Ex.<sup>a</sup>, envolve, igualmente merecido preito ao Conselho Nacional de Geografia.

Bem compreendem pois todos aqueles que me ouvem o quanto a minha vaidade ficou lisonjeada por ter sido o escolhido para na ocasião desta visita, saudar o Conselho Nacional de Geografia e seu ilustre secretário-geral.

S. Ex.<sup>a</sup> é bem a pessoa com títulos à altura de secretariar um pugilo tão luzido como êsse, de geógrafos e patriotas que constituem o Conselho Na-

cional de Geografia, homens que em tão pouco tempo realizaram obra de tamanho vulto cultural.

Exmos. senhores membros do Conselho Nacional de Geografia: Peço-vos aceiteis, perdoando ao modesto mandatário o desalinhavado de suas expressões, as calorosas e fraternais saudações dos componentes do Conselho Nacional de Estatística, que desfrutam a honra e o prazer de comungar convosco na obra gigantesca do conhecimento da Pátria Brasileira”.

Agradecendo, por parte da assembléia do Conselho Nacional de Geografia, o professor SOTSA BRASIL proferiu as seguintes palavras:

“O que dizer neste momento e por que me encontro na tribuna?

Pergunta dupla que exige resposta dupla. Anteriormente já disseram tudo, portanto me encontro aqui apenas para cumprir um dever de boa educação.

Não vou me alongar. Já tão bem falaram da nossa História e da nossa Geografia. Cabe agora uma palavra de sentimento sobre a grande obra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que quebrando as barreiras da burocracia uniu as instituições federais e estaduais. Uniu-as visando o maior conhecimento e progresso do Brasil.

Com esta finalidade estamos aqui reunidos em uma assembléia, numa mesma e fraternal comunhão de ideais. Aqui se abraçam pela manhã a Paraíba e o Rio Grande do Norte, muitos já o fizeram e continuarão a fazê-lo para a nossa alegria, dando um exemplo de uma visão mútua e de uma fraternal compreensão, digna de grandes brasileiros.

Os visitantes nos trouxeram a grata notícia da nomeação do secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia para representante do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Assim esta nova entidade continuará a tarefa que iniciamos.

Louvando e agradecendo os ensinamentos aqui recebidos, devemos levar êste exemplo da capital para continuar nos Estados, sempre com esta mesma iniciativa, seguindo as mesmas diretrizes para que o elo desta cadeia há 10 anos formada — nem sempre pacíficos mas sempre profícuos — prosiga firmemente. Lá como aqui deve continuar e progredir, o mesmo ideal que agora neste momento solenizo.

— Depois de um momento tumultuoso da Europa, quando periclitava o domínio da Igreja, surgiu uma frase, um lema: *Ad majorem Dei Gloriam*.

Assim propomos que continue seguindo-o através do C.N.G. para maior glória e grandeza do Brasil!”

O Eng.<sup>o</sup> LEITE DE CASTRO pronunciou também em agradecimento, o seguinte discurso:

“Conhecer-se é tarefa não fácil, porque cada um de nós está envolto num conjunto de circunstâncias de tôdas as ordens, tão extensas e tão intensas, que realmente não é tão frequente encontrarem-se pessoas que se conhecem a si mesmas. A tarefa é de si tão complexa que freqüentemente grandes cientistas, que no seu saber devassam os mistérios da natureza pessoalmente se deixam perder no emaranhado da vaidade.

Um lema admirável e profundo — *nosce te ipsum* — encerra um grande princípio de vida. Também difícil este outro princípio — *vince te ipsum* — já não de sabedoria e culminância do caráter. Embebido destes dois princípios magnos, que devem sem dúvida conduzir os homens no seu caminhar pela existência humana, é que desejo levantar minha voz nesta inesquecível reunião, em que, irmanados por ideais e por propósitos, estão presentes os delegados do Conselho Nacional de Estatística e, se levanto a minha voz, o faço para aproveitar uma oportunidade a meu ver magnífica para fazer uma declaração formal e convicta a uma assembléa solene e magna do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

E' uma convicção sincera resultante de uma meditação profunda, inspirada nos dois princípios.

Desejo declarar convicto que recebo as afirmações do senhor doutor MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS e recolho o pronunciamento dos representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como um estímulo ao secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia.

Conhecendo-me e procurando vencer-me, não me atribuo os méritos anunciado. Não vai nisso nenhuma falsa modéstia. Dedicando-me na infância a estudos matemáticos e aos devaneios da ciência, pela verdade sempre me enveredo, procurando dentro das minhas meditações, conhecer-me e vencer-me.

Ambas as tarefas não são fáceis, agitam-se dentro de mim circunstâncias, atrativos sedutores; entretanto, apesar de tudo isso, neste momento, baseado nos dois princípios não recolho os pronunciamentos senão como um estímulo a mais, porque da direção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e sobretudo do seu magno secretário-geral, doutor MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, cujo nome sempre pronuncio com admiração e respeito, possuidor de atributos maravilhosos dentre os quais um sem dúvida, o de “grande artifice do estímulo”. Este é

sem dúvida o maior e o mais recente que recebo da ala estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Procuremos ser objetivos, encaremos as cousas como são para que elas sejam como devem ser, porisso permitam-me que diga: basta de estímulo.

O Conselho Nacional de Geografia, precisa de um secretário-geral que os não necessite, assim sendo, aproveito a reunião para dizer em público aquilo que já tive ocasião de dizer ao nosso ilustre presidente, embaixador José CARLOS DE MACEDO SOARES e ao secretário-geral, doutor MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, o apêlo para que a direção do Instituto promova o preenchimento deste cargo, sem dúvida sedutor de secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia por alguém que não precise de estímulos. Quero conhecer-me e vencer-me.

Assim sendo, valho-me da oportunidade para dizer perante a assembléa que aqui congrega brasileiros tão ilustres, que no seu brilhante afã, a bem do Instituto, a bem do Brasil, escolha um secretário-geral que esteja à altura do elevado cargo”.

#### RECUPERAÇÃO DA AMAZÔNIA E CAMPANHA DA BORRACHA

Aprovando uma indicação apresentada pelo Dr. PÉRICLES DE MELO CARVALHO, representante do Ministério do Trabalho na qual eram solicitadas providências referentes à chamada “Campanha da Borracha” e problemas correlatos, a assembléa resolveu realizar uma mesa redonda onde foram debatidos marcantes e atuais problemas relativos à Amazônia.

**Indicação sobre a “Campanha da Borracha”** A indicação apresentada pelo representante do Ministério do Trabalho e aprovada pela assembléa foi assim redigida:

“Considerando que a recuperação da Amazônia é um dos maiores problemas nacionais;

Considerando que a baixa densidade demográfica da região impõe planos e providências necessárias não só à atração de correntes migratórias, senão também à fixação do elemento humano já colocado naquela região;

Considerando que para êsse objetivo de colonização e conquista econômica do vale amazônico serão enormes os esforços impostos ao governo federal e aos governos dos Estados e territórios da região, para a elevação do *standard* de vida com a assistência técnica agrícola educacional e médica dos trabalhadores e famílias colocadas naquela extensa área do país;

Considerando finalmente, que durante os últimos anos o governo federal em cooperação com os governos estaduais do Nordeste e da Amazônia com enormes sacrifícios, colocou no vale do rio Amazonas um grande número de trabalhadores nacionais e famílias cuja fixação está ameaçada pela crise econômica que decorrerá da cessação do acôrdo brasileiro norte-americano para a manutenção do preço da borracha, e da falta de assistência aos brasileiros encaminhados para aquela região;

A assembléa nacional de Geografia apela para o digno Sr. Presidente da República, para os governos do Amazonas, Pará, Território do Acre e Guaporé, especialmente, bem como para os demais órgãos federais ou estaduais ligados diretamente ao problema, no sentido de que se congreguem para mútua e patriótica cooperação, procurem uma solução urgente de amparo aos trabalhadores e famílias localizados nas regiões gomíferas, dando-lhes a adequada assistência de que carecem quer no sentido de fixá-los na região, quer fazendo-os retornar aos lugares de origem quando suas condições de saúde não permitirem a continuação no vale amazônico.

**"Campanha da Borracha e problemas de colonização"** No dia 19 de julho realizou-se uma discussão em mesa redonda para debater a "Campanha da Borracha" e problemas correlatos ligados à política brasileira de colonização e imigração. Estiveram presentes especialistas, responsáveis pelos setores da administração interessados nos assuntos tratados e vários técnicos.

O esquema que serviu de base aos debates travados foi o que se segue:

A "Campanha" sob o ponto de vista da organização, como técnica aplicada de deslocamento populacional; método empregado, dificuldades surgidas, resultados práticos obtidos, advertência para futuras campanhas análogas.

A "Campanha" sob o ponto de vista especulativo: contribuições ao estudo das migrações, depoimento da estatística, da higiene e da sociologia; distribuição territorial dos fatos e sua interpretação;

A "Campanha" sob o ponto de vista humanitário: a indicação aprovada pela assembléa.

#### O ENSINO DA GEOGRAFIA

Os problemas ligados à metodologia do ensino da Geografia e outros assuntos correlatos mereceram especial atenção da assembléa que além de deliberar e debater amplamente o

assunto, resolveu que os seus membros fôssem incorporados em visita ao ministro SOUSA CAMPOS, titular da Educação, entregar a êste uma mensagem consubstanciando as aspirações dos geógrafos e professores no presente momento.

Depois de um dos membros da assembléa — professor JORGE FELIZARDO, representante do Rio Grande do Sul, fazer uma saudação ao ministro SOUSA CAMPOS, pelo Eng.º CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, secretário-geral da assembléa foi entregue a S. Ex.ª uma mensagem, lida no momento.

"A assembléa geral do Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ora reunida nesta capital em VII sessão ordinária, deliberou vir incorporada à presença de V. Ex.ª, a fim de lhe dizer, de viva voz e de maneira a mais expressiva, o alto aprêço em que o Conselho tem a obra educacional que V. Ex.ª realiza proficuamente nesse importante Ministério.

A visita também espelha o espírito sadio da Lei n.º 1527, de 24 de março que criou o Conselho Nacional de Geografia, colocando-o sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde.

Agradece, pois, a assembléa a oportunidade que V. Ex.ª lhe proporcionou dêsse proveitoso e inesquecível contacto pessoal.

Um reconhecimento muito vivo impõe-se, desde logo, nessa visita: a assembléa manifesta-se profundamente grata a V. Ex.ª pela honrosa inclusão do Conselho na Portaria n.º 400, de 20 de junho último, como instituição cultural chamada a colaborar no processamento das licenças dos professores de Geografia, do ensino secundário, incumbência que o Conselho procurará desempenhar com todo o zêlo.

A assembléa nacional de Geografia deseja, em seguida, expressar a V. Ex.ª calorosas congratulações pelo trabalho fecundo e oportuno que vem desenvolvendo a sua proficiente e esclarecida administração, permitindo-se ressaltar, devido ao seu sentido regional, a iniciativa da instalação de escolas rurais nas diferentes Unidades da Federação, em campanha altamente meritória, que por si só bastaria para consagrar a passagem de V. Ex.ª por êsse Ministério, e da qual justificadamente se esperam surpreendentes resultados em favor da educação e da economia nacional.

A criação e a oficialização de novas Universidades, obedientes a padrões nacionais de exigências mínimas razoáveis, nos mais importantes centros culturais do país, como ocorreu em Bahia, Paraná e Pernambuco, representa inestimável contribuição de

V. Ex.<sup>a</sup> ao vigoroso e ascendente movimento da civilização brasileira que necessita cada vez mais apoiar-se no progresso fecundo da Ciência, da Técnica e da Arte, as quais devem ser difundidas intensamente e sempre e sempre, porque os dispêndios e os esforços nelas aplicados são fartamente compensadores e produtivos.

A seguir, a assembléa serve-se da oportunidade para comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> que interessantes e oportunos problemas da educação nacional, encarados sob o ponto de vista da Geografia, estão sendo cuidadosamente examinados pela assembléa, a fim de promover-lhes soluções hábeis, dentro das atribuições e possibilidades do Conselho Nacional de Geografia.

Oportunamente, serão encaminhadas a V. Ex.<sup>a</sup> as Resoluções que, de maneira definitiva, sistematizando os resultados dos estudos em curso.

Entretanto, V. Ex.<sup>a</sup> passa a ter, desde já, conhecimento da natureza dos assuntos que a assembléa examina, em uma antecipação que reflete não só homenagem merecida a V. Ex.<sup>a</sup>, senão também o propósito de solicitar a colaboração, porventura cabível, dos órgãos competentes do Ministério no estudo das importantes questões geográficas, vinculadas aos interesses da cultura nacional.

A organização de cursos de férias para os professores de Geografia, um de informações em junho, e outro de aperfeiçoamento em janeiro de cada ano, o primeiro com a duração de dez dias e o segundo de seis semanas, representa uma das contribuições mais sólidas que o Conselho pretende efetivar em favor do ensino da Geografia, mediante o aperfeiçoamento do seu professorado especializado.

A iniciativa, que ora passa a assumir caráter de permanência, fundamenta-se na experiência dos cursos realizados em 1945 e 1946, cooperação desse Ministério e com a colaboração eficiente da Sociedade Brasileira de Geografia e da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Entretanto, a iniciativa não deve limitar-se à capital da República, e nesse sentido a assembléa estuda medidas adequadas que permitam a extensão de tais cursos às demais Unidades da Federação.

Sob outro aspecto, o Conselho se preocupa com o aperfeiçoamento dos professores de Geografia, ao estabelecer um serviço de excursões de estudos que proporcionarão, aos professores de preferência, oportunidades de conhecer determinadas regiões do país, em viagens úteis, na companhia de técnicos especializados do Conselho.

Por outro lado, a cultura popular, no setor da Geografia, merece cuidados especiais da assembléa, assim, aparecem os seguintes interessantes assuntos: a realização de concursos anuais de informações sobre aspectos geográficos municipais com numerosos prêmios destinados tais concursos a fomentar em todo o país a coleta de dados e informações geográficas, em movimento cooperativo, de ampla extensão cultural, do qual poderá participar qualquer brasileiro; o preparo de sucintas geografias do Brasil e das suas Unidades Federadas, objetivando proporcionar textos sugestivos e atualizados, a quantos queiram ter conhecimentos gerais sobre o território pátrio; a publicação de mapas gerais do Brasil e das suas Unidades Políticas, que, em edições alentadas, facilitará aos brasileiros a obtenção de imagens fiéis e expressivas do seu território.

Finalmente, Sr. ministro de Estado, deseja a assembléa, em encarecido apêlo, submeter à superior consideração de V. Ex.<sup>a</sup> algumas sugestões que são julgadas fundamentais, para o desenvolvimento da Geografia no nosso país, em indispensável concurso à evolução da vida nacional.

Em primeiro lugar, a assembléa renova ao ministro a encarecida solicitação para que nas Faculdades de Filosofia do país, a começar pela prestigiosa Faculdade Nacional de Filosofia, haja uma separação do Curso de Geografia do de História, porquanto, segundo a própria experiência está indicando, as Faculdades, no atual regime, não podem formar bons geógrafos e bons historiadores simultaneamente.

O Conselho pode oferecer o seu testemunho dizendo que as Faculdades não estão proporcionando os técnicos de Geografia de que o Brasil precisa, nem em quantidade nem em qualidade, porquanto a sua formação atual é deficiente, em número e em método.

Entretanto, a Geografia desenvolve-se no país a passos largos e, por outro lado, a metodologia da sua pesquisa transformou-se tanto ultimamente que hoje a Geografia está colocada ao serviço do Homem e portanto ela é corrente diuturna, viva, presente, em constante contacto com os problemas nacionais do dia, a cuja solução satisfatória oferece contribuições efetivas.

O Brasil precisa de geógrafos para bem prosseguir na sua evolução, e as Faculdades de Filosofia precisam dar ao Brasil os geógrafos de que necessita.

Ainda quanto aos currículos mínimos das Faculdades de Filosofia, oferece a assembléa uma recomendação

no sentido de ser feito ensino separado da Geografia Regional, porquanto na escola regionalista se espelham as mais fecundas e valiosas conquistas da moderna metodologia da Geografia e do seu ensino.

São essas Sr. ministro, as manifestações da assembléa, que, incorporada e pessoalmente traz a V. Ex.<sup>a</sup> a um tempo, agradecimentos que são perenes, congratulações que confortam, comunicações que animam, apelos que são esperançosos, tudo isso de envolta com homenagens, simultaneamente efusivas e respeitadas, que são sinceras e merecidas”.

### ANUÁRIO GEOGRÁFICO

Pelo professor DELGADO DE CARVALHO, na reunião realizada no dia 26 foi dado a conhecer à assembléa o plano organizado para a publicação do *Anuário Geográfico*, cuja circulação está prevista pelo Conselho Nacional de Geografia.

Segundo a planificação apresentada, o *Anuário* conterà as seguintes matérias: I) O I.B.G.E. e suas funções; II) Calendário para 1947 (12 meses) Semanas, dias feriados, lua, marés (claros para notas e compromissos); III) Efemérides geográficas — Datas importantes da história da Geografia; IV) Momento geográfico; a) Superfície — Limites — Coordenadas; b) Fronteiras — Hora legal; c) Dados climatológicos — Classificação; d) Relevo — cotas; e) Bacias fluviiais — Extensão de rios; f) Zonas de vegetação; g) Divisão administrativa; h) População — Densidade — Cidades; i) Ensino — Universidades; j) Divisão militar — Eclesiástica, etc. k) Nacionalidades — Imigração — Colônias; V) — O ano geográfico: 1 — Acontecimentos geográficos internacionais (Explorações novas — Mapas — Congressos). 2 — Acontecimentos geográficos brasileiros. 3 — Trabalho realizado pelo I.B.G.E. e — Publicações do ano 1943-46. VI) — Quadros estatísticos: 1 — Áreas plantadas — Produções agrícolas. 2 — Indústrias nacionais. 3 — Importações e exportações. 4 — Imigração e colonização; VII) Os Estados do Brasil: a) Momento geográfico — Limites. Quadro físico — População, Cidades; b) Quadros estatísticos econômicos; c) Referências bibliográficas.

A Casa, depois de ouvir a planificação apresentada, congratulou-se com o seu autor, por intermédio do Prof. F. A. RAJA GABAGLIA, tendo o Eng.<sup>o</sup> LEITE DE CASTRO prestando informações sobre a data da referida publicação e a maneira como o C.N.G. lançará a mesma.

### RELATÓRIO DOS TRABALHOS DO DIRETÓRIO CENTRAL DO C.N.G. EM 1946

O Cel. RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA que presidiu a reunião dos trabalhos ordinários da assembléa do dia 26 procedeu durante a sua realização à leitura do relatório das atividades desenvolvidas pelo Diretório Central, durante o ano de 1945.

O relatório consta das seguintes partes: Preâmbulo, composição, Resoluções aprovadas — apanhado geral. Resoluções aprovadas — apreciação geral. Reforma dos serviços do Conselho, Reestruturação do quadro do pessoal, Conclusão e mais os seguintes anexos: Ementário das Resoluções aprovadas em 1945. Esquema estrutural da Secretaria Geral, Esquema estrutural do Serviço de Geografia e Cartografia, Esquema das carreiras básicas.

No preâmbulo faz-se uma apreciação geral das atividades desenvolvidas pelo Diretório Central em 1945, salientando-se que este ano foi o mais fecundo que até hoje viveu aquêlê órgão, como demonstra eloqüentemente o quadro exposto referente às reuniões efetuadas e às Resoluções aprovadas, em confronto com os orçamentos sucessivos, desde 1937. Como explicação do fato cita-se o alargamento da dotação orçamentária que permitiu iniciativas de maior vulto. Acentua-se, entretanto, que não obstante as muitas realizações do Conselho, este ainda se acha numa fase de preparação para os grandes empreendimentos que a vastidão territorial do nosso país combinada à escassez dos recursos disponíveis à atividade geográfica, torna de difícil e lenta execução.

Passa-se a informar sobre as modificações havidas no quadro dos membros do Diretório.

Dando um apanhado geral das Resoluções aprovadas, agrupam-se estes em duas classificações de ordem estatística. A primeira toma por referência a matéria consubstanciada nas Resoluções, na forma seguinte: sobre assuntos administrativos (de caráter estrutural e funcional) — 16; sobre assuntos técnicos (trabalhos de Geografia e de Cartografia) — 11; sobre assuntos culturais — 11; sobre assuntos diversos — 7, total, 45. A segunda atende à consideração das instituições por elas visadas. Assim divide: a) Resoluções de caráter interno do Conselho — 20; b) Resoluções de caráter externo — 16. Interpretando-se os números evidenciados nas referidas classificações chama-se a atenção para o desdobramento das funções do Conselho e especifica-se as Resoluções pertinentes a cada um dos seus Serviços.

Encarando-se as Resoluções aprovadas de acôrdo com a sua importância para a vida administrativa e técnica do Conselho, menciona-se como medidas de maior alcance as que dispõem sobre a reorganização dos seus serviços centrais e sobre a reestruturação correspondente do quadro do seu pessoal, pois que visam dotar-lhe dos elementos de que carece poder desempenhar as novas tarefas administrativas, técnicas e científicas que lhe são cometidas. Relaciona-se com a primeira, a que prevê a instalação do Conselho em sede própria. Dentre as de interesse técnico, salienta-se a que aprova as convenções cartográficas para os mapas na escala de 1:500 000 referentes à campanha da uniformização da Cartografia brasileira. Merece menção ainda a que dispõe sobre estágios de aperfeiçoamento no estrangeiro de funcionários do Conselho.

Refere-se, em seguida à reforma do serviço efetuada, de acôrdo com a qual os serviços do Conselho foram distribuídos por duas repartições executivas centrais: a Secretaria-Geral e o Serviço de Geografia e Cartografia, dando os esquemas estruturais das mesmas. Define-se as finalidades de cada uma, ficando a primeira com os encargos da natureza administrativa e a segunda com as atribuições de caráter técnico e científico.

Considera-se, após, a reestruturação do quadro do pessoal, estabelecida segundo um critério rigoroso de eficiência e aperfeiçoamento técnico.

Em conclusão, declara-se que o Diretor não poupou esforços em seu empenho de servir à evolução do Conselho na medida dos recursos disponíveis.

## II Congresso Pan-Americano de Engenharia de Minas e Geologia

Está marcada para fins de setembro corrente e comêço de outubro a realização, nesta capital, do II Congresso Pan-Americano de Engenharia de Minas e Geologia, promovido pelo Instituto Pan-Americano de Engenharia de Minas e Geologia, no qual tomarão parte, em caráter oficial, profissionais dos diversos países.

O certame contará com o apoio das entidades culturais técnicas e científicas do Brasil. Serão debatidos no certame problemas do maior interesse econômico do momento, cujo programa de trabalho é o seguinte:

### PRIMEIRA COMISSÃO

**Minérios metálicos e não metálicos** a) — Situação atual das investigações e balanço mineiro; b) — Carta mineira de superfície e de subsolo, suas características; c) — Pesquisa de minerais e minérios nas diferentes províncias geológicas e minerais das Américas; d) — Problemas de prospecção; e) — Problemas de mineração; f) — Problemas de transporte e colocação dos minérios das Américas; g) Fertilizantes; h) — Minérios de ferro; i) — Cerâmica e vidro.

### SEGUNDA COMISSÃO

**Geologia, paleontologia, mineralogia e petrologia** Esta Seção tratará especialmente dos problemas de geologia, paleontologia, mineralogia e petrologia, sendo que cada assunto des-

tes constituirá uma Sub-Comissão. A Comissão Organizadora recomenda especialmente os seguintes temas:

I — *Embasamento cristalino das Américas* — a) — Arqueozóico; b) — Proterozóico — Extensão, definição petrológica e estratigráfica das porções dos escudos cristalinos existentes nos países americanos. Enumerações. Tentativas de representação paleogeográfica.

II — *Paleozóico* — Discussão e correlação das séries paleozóicas interamericanas, Siluriano, Devoniano e Carbonífero. Extensão das bacias. As floras e faunas carboníferas. Terrenos gonduânicos e seus problemas. Flora e fauna boreais austrais. Tentativas de representação paleogeográfica.

III — *Mesozóico* — Estado atual dos conhecimentos e problemas suscitados. Repartição das áreas continentais e marinhas. Diastrofismo. Paleogeografia.

IV — *Cenozóico* — Estado atual dos conhecimentos do Terciário e problemas que despertam tentativas de representação paleogeográfica.

V — *Temas petrológicos* — 1) — Magma alcalino; 2) — Grandes intrusões mineralizantes e auréolas e contacto; 3) — Maciços eruptivos mineralizados, peridotitos, andesitos cupríferos; 4) — Províncias pegmatíticas das Américas; 5) — História magmática nas diversas regiões da América; 6) — Outros problemas petrológicos.

VI — *Normalização e padronização da terminologia geológica.*